

002ª Audiência Pública 20JAN2025



Pauta: Debater o [PLE nº 002/25](#).

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): (19h10min) Damos início a esta audiência pública. Procedemos à leitura do edital (Lê.):

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O OBJETIVO DE DEBATER OS SEGUINTE PROJETO DO PODER Órgão de divulgação do Município - Ano XXIX - Edição 7431 - Sexta-feira, 10 de janeiro de 2025 <http://www.portoalegre.rs.gov.br/dopa/> Página 9 de 10 EXECUTIVO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE: - PLCE 001/25, QUE DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (FASC), INSTITUÍDA PELA LEI Nº 4.308, DE 13 DE JULHO DE 1977, E A ABSORÇÃO DE SUAS COMPETÊNCIAS, PATRIMÔNIO E PESSOAL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DIRETA. - PLCE 002/25, QUE REORGANIZA E CONSOLIDA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, CRIA E EXTINGUE SECRETARIAS MUNICIPAIS, ESTABELECE SUAS FINALIDADES E COMPETÊNCIAS, REVOGA LEGISLAÇÃO SOBRE O TEMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, CONVIDA a comunidade Porto-Alegrense para a Audiência Pública, a ocorrer no dia 20 de janeiro de 2025, às 19 horas, através de videoconferência pela plataforma Zoom (<https://zoom.us/>), onde os cidadãos também poderão participar, mediante inscrição em <https://audienciaspublicas.camarapoa.rs.gov.br/>. O link para acesso à sala virtual do referido evento se encontra disponibilizado no mesmo local. Detalhes da proposição poderão ser obtidos em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/processos/140643> e <https://camarapoa.rs.gov.br/processos/140646>. Os participantes poderão se manifestar por escrito e/ou encaminhar documentos referentes ao assunto em debate, através do e-mail audienciaspublicas@camarapoa.rs.gov.br. As manifestações, durante a Audiência Pública, se darão mediante inscrição, após a abertura do evento. A Audiência Pública será transmitida pela TV Câmara, canal 16 da NET, pelo canal digital 11.3, e pelo Youtube em <https://www.camarapoa.rs.gov.br/institucional/tvcamara>.

Gostaria de informar também que nós teremos dez inscrições para que as pessoas da sociedade civil possam discutir, sendo cinco a favor desses projetos e cinco contrárias a esse projeto.

Tão logo a gente abra o *chat*, preciso que as pessoas que queiram se inscrever para a discussão coloquem seu nome completo e digam se são contra ou a favor, dizendo: “Quero discutir o projeto”. Ok? Repetindo, porque de manhã teve gente que não entendeu: quem desejar, da sociedade civil, discutir o projeto, tão logo

o *chat* seja aberto, deverá colocar seu nome completo e dizer “Quero discutir a matéria” e indicar se é contra ou a favor. Além disso, todos os vereadores já têm suas inscrições garantidas. Faremos uma inscrição para discussão com a sociedade civil e outra com um vereador.

Vou pedir para o nosso diretor legislativo, então, informar sobre essa formalidade que nós vamos fazer e abrir o *chat* tão logo consiga, cinco para cada lado. Pois não, diretor?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente. As normas para as inscrições são as já habitualmente utilizadas: a pessoa coloca nome, sobrenome, a palavra “inscrição” e indica se é contra ou a favor. Num primeiro momento, o *chat* estará aberto apenas para comunicação com o anfitrião, para o recebimento das inscrições. Posteriormente, abriremos o *chat* para que todas as pessoas possam falar com todas. Sra. Presidente, podemos abrir?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Podem abrir o *chat*, sim. De pronto, vou encaminhar a palavra para o governo, Prefeitura Municipal, que terá 15 minutos para sua discussão sobre os projetos. Logo em seguida, 15 minutos para o Simpa poder fazer as suas declarações iniciais.

Passo, de pronto, ao governo municipal, secretário André.

SR. ANDRÉ CORONEL: Boa noite aos vereadores e vereadoras presentes e às pessoas que nos acompanham. Inicialmente, como se trata de dois projetos que, de certa forma, são complementares, vou falar um pouco sobre a origem deles. Nós, durante quatro anos de gestão, constatamos a necessidade de propor algumas mudanças administrativas, principalmente focadas nos gargalos e nos entraves que identificamos durante a gestão. Após a eleição, criamos um escritório de transição, onde também abordamos esses temas com mais profundidade, em torno de 45 dias, o que deu origem a essas mudanças que estamos propondo. Então, basicamente, o que esses projetos visam é melhorar

a gestão. O que nós estamos propondo, ainda que haja mudança administrativa e possa parecer, em um primeiro momento, apenas aspectos burocráticos, trata, sobretudo, da melhoria da gestão, da otimização do que a administração direta ou indireta dispõe e também da busca pela modernização e eficiência dos serviços. Nós nos debruçamos muito sobre isso, com um olhar muito técnico sobre o que estamos propondo e também dentro da nossa experiência, e ouvimos muita gente para chegar a essas conclusões.

No primeiro projeto, nós estamos propondo mudanças administrativas, que têm como escopo principal, como já disse, a modernização, a otimização e a eficiência e eficácia dos nossos serviços. Nós percebemos, durante os nossos trabalhos, muitas vezes secretarias que tinham áreas de sobreposições ou áreas que, muitas vezes, confundiam-se em termos de competência. Por exemplo, a questão da Secretaria de Desenvolvimento Social e a própria Fundação de Assistência Social. Muitas vezes, na hora de executar a política, havia confusão quanto à competência entre uma secretaria e outra. Nós vislumbramos também a necessidade de alçar a FASC como secretaria, promovendo a política de assistência social à administração direta, transformando-a em uma secretaria e aproximando-a do núcleo do governo, o que, na nossa percepção, trará grandes benefícios para a gestão da assistência social.

Basicamente, nós estamos reproduzindo o sistema de assistência social do País, que possui o Ministério de Assistência Social, o Estado, que possui uma Secretaria de Assistência Social, e agora o Município terá a Secretaria Municipal de Assistência Social. Isso vai possibilitar, inclusive, uma política de transversalidade com as demais secretarias. Para quem trabalha com assistência social, sabe que ela conversa com várias outras linhas de conhecimento. Obrigatoriamente, ela está muito próxima da saúde, próxima da juventude, e de diversas áreas de conhecimento, especialmente aqui na Prefeitura, com diversas secretarias da administração direta.

Percebemos que, na FASC, o regime jurídico, de certa forma, isola um pouco a política, o que faz com que o gestor, especialmente o presidente da Fundação,

tenha uma autonomia financeira e administrativa, o que, por um lado, acaba engessando a Fundação, na medida em que ela tem que produzir, por exemplo, todo o seu concurso público, o que demanda muito tempo, força de trabalho. Ela tem que ter uma folha própria de pagamento, que facilmente pode ser trabalhada pela Fazenda e pela Secretaria de Administração da Administração Direta, trazendo otimização aos quadros. Ela também pode fazer com que, hoje, o serviço jurídico, que é composto por cinco advogados e um procurador junto à Fundação, possa ser exercido diretamente pela Procuradoria Geral do Município. Então, todos esses fluxos, esses processos, podem ser diluídos pela administração direta, trazendo mais benefícios e, digamos assim, tornando a gestão da assistência social mais leve, porque, hoje, tudo está sobrecarregado na gestão da Fundação. Talvez esse regime tenha sido importante em algum momento da história, mas, hoje, há uma exigência muito maior, uma necessidade de aproveitar toda a estrutura que a administração direta dispõe para fazer frente aos desafios que, todos sabem, em termos de assistência social, são enormes. Só para se ter uma ideia, hoje, o Município deve realizar em torno de 200 mil atendimentos por mês na assistência social de Porto Alegre. Então, há uma necessidade de acelerar os processos, o que passa muito por essa modificação. O restante das mudanças administrativas que estamos propondo têm a ver com isso também, a criação da secretaria geral do governo. Identificamos a necessidade de acelerar o processo decisório, que está muito concentrado no gabinete do prefeito. Atualmente, o processo decisório está, basicamente, centrado no prefeito, no gabinete do prefeito. A gente pretende, com a criação da Secretaria Geral do Governo, transferir um pouco desse poder decisório para a Secretaria Geral do Governo, possibilitando um aceleramento das decisões. Nós vamos ter mais de R\$ 5 bilhões em financiamentos contraídos pelo Município, o que vai demandar uma gestão muito forte do nosso secretariado e também de todos os nossos servidores. Para isso, há a necessidade desse aceleramento do poder decisório. Então, a gente viu essa necessidade em razão da transversalidade, já que a maioria das políticas dos municípios não estão centradas só numa secretaria. Há a necessidade de

discutir diversos assuntos e tomar decisão sobre o espectro de várias secretarias sobre o mesmo projeto. Então, quando tu fazes uma obra, uma obra vai ter impacto no meio ambiente, na Secretaria do Meio Ambiente; ela vai ter impacto no trânsito, na EPTC; ela vai ter impacto na assistência social, ela vai ter impacto nas contrapartidas sociais, e tudo isso num único projeto. Então, há necessidade, quando há um projeto que envolva várias secretarias, que uma secretaria, agora que vai ser a Secretaria Geral de Governo, possa ajudar, facilitar esse processo decisório de várias secretarias. A extinção da Secretaria de Regularização Fundiária e a manutenção do DEMHAB também é, na mesma ótica do sombreamento de funções, e nós entendemos que uma única estrutura potencializada vai atender melhor os nossos munícipes. A diretoria de licitações passa para a Secretaria do Planejamento por entender que ela integra o planejamento de contas com o planejamento orçamentário. Nós estamos desativando duas estruturas também, visando otimizar esses serviços, esses trabalhos, estamos desativando a Secretaria Extraordinária do Trabalho e Qualificação Profissional, bem como a Secretaria de Planejamento e Gestão. E por fim, nós estamos deslocando a política da juventude, que hoje estava centrada no esporte, para a Secretaria de Inclusão e Desenvolvimento Humano. Porque a gente entende também que a juventude é uma política de transversalidade que envolve várias secretarias e não está centrada tão somente no esporte, mas a juventude necessita de política da assistência social, de política da educação, de política da cultura. Várias políticas estão envolvidas com o tema da juventude.

Então, pessoal, basicamente o que nós estamos propondo é a melhoria dos serviços; o que nós estamos propondo sempre teve como foco o cidadão que busca uma eficiência maior na Prefeitura, e sobretudo um serviço mais qualificado. Eu vou passar para o secretário Matheus Xavier, o nosso presidente da FASC, que vai detalhar um pouquinho melhor o nosso projeto da FASC.

SR. MATHEUS XAVIER: Boa tarde a todos, boa tarde Presidente, vereadores, sociedade civil, entidades parceiras que estão participando desta audiência

pública. O secretário Coronel falou muito bem que o projeto tem um único e exclusivo objetivo que é o de potencializar o grande serviço que hoje já é feito pela FASC, que com o status de secretaria vai poder estar no centro do governo, na Mesa do governo, dialogando de igual para igual com outras secretarias que também são importantes para que o serviço, e complementando o serviço que é feito pela assistência social. Diversos setores que precisam da ajuda da saúde, precisam da ajuda da educação, do esporte, da cultura. A gente vai poder estar dentro do centro do governo dialogando de igual para igual com todas as secretarias. E a gente teve, além desta nossa audiência pública, a gente teve todo o cuidado, durante todas as últimas semanas, de conversar com todos os parceiros, os entes que fazem parte da assistência social de Porto Alegre, com os fóruns de entidades, com os servidores do nosso quadro da FASC, com o nosso conselho da assistência social. A gente teve esse cuidado de conversar com todos eles para mostrar as vantagens desse projeto de transformação da FASC em secretaria, e deixando muito claro alguns pontos que são importantíssimos, que são as questões das garantias dos servidores que vão continuar. Não vai ter nenhum desligamento nessa transformação, nenhum serviço vai ser descontinuado, nenhuma parceria vai ser descontinuada. Os modelos que hoje são utilizados de parcerias para serviço na ponta serão continuados, a gente acredita muito nesse modelo de parcerias que é feito hoje. Então, tudo isso a gente buscou durante toda a semana, fazer essa conversa e deixar isso muito claro. De início, o que exemplifica essa nossa abertura para o diálogo é sempre deixar muito transparente o que a gente acredita, o objetivo desse projeto, que é o de melhorar a assistência social. A gente teve umas cinco alterações no projeto que foi indicado na primeira vez para a Câmara. Tivemos mensagem retificativa, e tem mais uma que será mandada amanhã para a Câmara dos Vereadores, que justamente tem o objetivo de deixar cada vez mais claro que todas as mudanças foram pensadas a partir do direcionamento do SUAS. As nossas parcerias serão feitas sempre alinhadas com a Lei nº 14.133, a Lei nº 13.019 e todas as leis que fazem parte do nosso dia a dia. Então, os conselhos vão continuar com a sua relevância e com o papel que têm hoje, a

partir da lei federal e do decreto federal. Nada disso será alterado, e é muito importante deixar claro que tudo que foi pensado para essa nova secretaria foi em cima do direcionamento do SUAS, que é o que rege a nossa assistência social e é o que vai continuar direcionando o nosso papel em Porto Alegre. Então, a gente fica muito tranquilo, e acho que é importante falar sobre essa nova mensagem retificativa que será enviada amanhã, pois ela altera o art. 1º, e pelas conversas com os servidores foi justamente o que a gente quis deixar muito claro: a manutenção das funções gratificadas também, algo que não estava muito claro no nosso primeiro texto, mas que a gente melhorou. “Fica extinta a Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC, criada pela Lei nº 4.308, de 13 de julho de 1977, com a absorção de suas competências, patrimônio, servidores estatutários e empregados, com os cargos em comissão e as funções gratificadas pela administração pública municipal direta”. Então, aqui a gente deixa muito claro que essas funções que alguns servidores têm também vão continuar na nova secretaria. Tem também o parágrafo único que fala justamente para deixar muito claro sobre as leis que nos regem. “A extinção da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC para a criação de uma nova secretaria será conduzida em conformidade com os princípios e normas estabelecidos pela Lei Orgânica de Assistência Social — LOAS, pelo Sistema Único de Assistência Social — SUAS, e pelas demais legislações aplicáveis, incluindo a Lei nº 13.019 e a Lei nº 14.133, observando também os princípios constitucionais e garantindo a continuidade dos serviços prestados para a população”. Então, a gente fez todas as conversas, durante toda essa semana que tivemos de debates, sempre esteve aberto o diálogo, conversando com servidores, conversando com entidades para deixar muito claro que a gente vai continuar sendo regido pelo SUAS. O objetivo do projeto é potencializar a assistência social em Porto Alegre e principalmente garantir que nenhum serviço vai deixar de ser prestado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada ao governo, 15 minutos. Podemos passar mais alguma coisa, secretário? (Pausa.) Não,

tranquilo? Podemos passar, então, aos proponentes desta audiência pública: o Simpa e a Frente Gaúcha em Defesa do SUAS, que poderão dividir o tempo, 15 minutos também. Simpa está presente para fazer suas considerações oficiais?

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Sim, está presente, vereadora. Está calmo, está calmo, está tudo certo. Só eu estou sugerindo aqui que como é a primeira vez que a gente ouve que o Fórum SUAS vai também dividir esse tempo – espero que não esteja contando meu tempo ainda –, só para a gente combinar, então, que nós vamos dividir os mesmos 15 minutos. É isso, vereadora?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Sim.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Então, eu e o Iago, que faz parte do conselho de representantes da FASC, vamos utilizar os primeiros 7 minutos e meio. É isso? E depois o Fórum também, não sei quem é que vai falar, segue adiante. Pode ser?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Pode ser.

SRA. CINDI REGINA SANDRI: Muito obrigada. Então, começo aqui fazendo as primeiras considerações que são para nós as mais óbvias, que é o fato de que esta audiência pública só está acontecendo porque o Poder Judiciário ordenou para a Câmara de Vereadores a necessidade de realização desta audiência pública. Inclusive, tendo em vista o tamanho da preocupação e o tamanho da responsabilidade com o tema que está sendo debatido aqui, que são esses dois PLs, na verdade, mais o que aconteceu hoje pela manhã, que se referia à desestruturação do conselho deliberativo do DMAE, e a consequência disso e a intenção política dessa ação. Quero trazer aqui, reportando ao que foi o último período, onde nós buscamos conversas com o governo municipal antes que o PL fosse para a Câmara, porque no nosso entendimento, a lógica legítima da discussão democrática que nós estamos reivindicando desde o início, é que essa

discussão pudesse ter acontecido antes do envio do projeto de lei à Câmara de Vereadores. O governo municipal, junto com a Câmara de Vereadores, trata essa situação agora como um fato consumado. Está lá o PL, vão votar quinta-feira. Nós buscávamos diálogo com o governo municipal, mas não conseguimos. O que fizemos? Fizemos uma autoagenda, fomos lá visitar o Centro Administrativo Municipal para que os representantes que estivessem disponíveis ali para nos atender pudessem conversar conosco. O diálogo que o governo municipal diz que tem é o diálogo do fato consumado. Para nós não serve. Quando ele diz para nós que, depois de protocolado o projeto de lei na Câmara, passa a querer conversar conosco; nós estamos dizendo que o tempo não é esse, tanto que a solicitação é não só desse PL da FASC e da reforma administrativa, como foi do DMAE, hoje pela manhã. Retira o PL. Vamos fazer um debate de fato que trate de modernização, de qualificação, de otimização de recursos, como o governo diz que é a sua pauta, para fazer toda essa alteração que pretende fazer na transformação da FASC em secretaria, e também na pauta da reforma administrativa. O que nós tivemos nessas reuniões em que nós fomos recebidos pelo governo por insistir e por cobrar o diálogo? As respostas que as entidades receberam sobre os documentos que foram apresentados naquele momento – o documento é público, vocês podem fazer essa análise e tenho certeza que vão chegar na mesma conclusão que eu –, as respostas são evasivas, completamente evasivas, e a resposta ao manifesto dos trabalhadores até hoje estamos esperando o retorno do governo em relação a essas respostas. Por quê? Porque, por exemplo, não há ali a consideração sobre a referência da execução dos SUAS dentro da política de assistência social de Porto Alegre, não existe esse reconhecimento. Por quê? Porque não é previsto um organograma, não há garantia de permanência dos servidores, no caso específico dos servidores, quando diz o tempo da lei, que até que sejam transferidos, eles estarão lotados – até que sejam transferidos – ou alocados conforme a necessidade da administração. Nós já vimos esse filme, quando o governo diz, está tudo certo agora, amanhã ele muda de ideia e continua desenvolvendo a pauta dele, que é o que exatamente, quem é, como é que vai se modernizar,

como é que vai se qualificar, como é que vai otimizar os recursos da assistência social, onde está o Fundo Municipal de Assistência Social, onde está o Conselho Municipal de Assistência Social, onde está a discussão, não só com os trabalhadores, mas com as entidades e com os usuários para fazer essa transformação? O tamanho da pressão do governo não é condizente com o tamanho da responsabilidade para a manutenção dessas políticas públicas e da qualificação do serviço, que todos sabem em que situação estamos com a FASC hoje. Não vou deixar de lembrar aqui o lamentável episódio da Pousada Garoa, que não aconteceu à toa, que foi o resultado do desmonte da fundação, que foi o resultado do descompromisso do governo com o que estava acontecendo em relação à execução da política de assistência social em Porto Alegre. E nós infelizmente estamos vendo aqui a reprodução dessa mesma postura, de não dar conta de respeitar, de acolher as demandas dos trabalhadores, das entidades, dos usuários, porque não tem interesse nisso, porque quer modernizar, qualificar e otimizar recursos para, quem sabe, a iniciativa privada se sentir mais à vontade para trabalhar com uma política que não gera lucro. Nós sabemos muito bem, todas as entidades conveniadas, todos os trabalhadores que têm uma relação precarizada de trabalho e que executam esse trabalho na ponta sabem muito bem que essa política não dá lucro, a não ser que digam para onde é que vai o dinheiro do fundo. Digam e coloquem isso no PL, digam e executem o que está previsto no PL. É isso que a gente veio trazer para cá, é isso que a gente quer dizer aqui, nesta audiência pública que vai ficar registrada, onde o argumento que o governo traz de dizer que dialoga, de dizer que tem compromisso e responsabilidade com a gestão pública, para nós, ele não se sustenta na realidade. Nós dizíamos, hoje de manhã na audiência pública do DMAE que nós estamos falando de fatos, não de intenções. Aqui nós temos que falar de fatos e, não, de intenções, e os fatos estão dizendo que a política de assistência social em Porto Alegre está à míngua por ordem de decisão política dos governos que se sucedem. E vocês não vão nos ouvir aqui questionar a legitimidade da reeleição do governo Melo, como nós já dissemos hoje de manhã na audiência pública. Não, nós vamos dizer que o governo Melo tem, tanto

quanto ele teve na gestão passada, um compromisso com o desmonte da política de assistência social, e não só o desmonte, na execução da política, contra inclusive os ditames do SUAS.

Então é isso que a gente quer trazer para cá, recuperar o que significa a política de assistência social na cidade e a expectativa que nós temos, que, infelizmente, parece que o governo não vai atender, que é de fato dialogar conosco, concretamente.

SR. IAGO GONÇALVES CUNHA: Obrigado, Cindi. Boa noite, eu sou o Iago, sou assistente social, trabalhador da FASC, componho o Cores-FASC, junto com a Sibeles e a Débora. Acho que é muito importante falar que, em diversas reuniões que a gente teve com o presidente da FASC a gente cobrou que fosse apresentado o reordenamento, que era uma meta de gestão do governo passado, e isso nunca foi apresentado, nunca houve participação dos trabalhadores nessa discussão. Expressar o nosso descontentamento com a audiência virtual, a gente entende que a audiência deveria ter sido garantida presencialmente. Saudar todos os trabalhadores e trabalhadoras que estão acompanhando a audiência e que se mobilizaram nessas reuniões do Cores-FASC, na reunião da Frente Gaúcha e na reunião dos aprovados, em todos os espaços de organização dos trabalhadores da assistência. Saudar o Simpa por garantir a realização de uma audiência pública, um direito que a gente tem e que estava sendo desconsiderado. Cumprimentar os vereadores que se dispuseram a debater os PLs com os trabalhadores.

Para iniciar essa discussão sobre o PL da extinção e criação da secretaria, eu acho que é importante a gente retomar três momentos recentes da política de assistência e por que a gente defende... (Problemas no som. Ininteligível.) ...como o governo apresentou a proposta. A primeira é a pandemia, em que a gente manteve todos os serviços abertos, realizando atendimento, e só com muita luta e mobilização e ameaça de sindicância por parte do governo que a gente conseguiu garantir EPI e vacina para todos os trabalhadores da assistência, 3.300. Na Pousada Garoa, a tragédia anunciada e denunciada pelos

trabalhadores da assistência, da abordagem social de rua dos 13 do Centro COP, com 11 mortos, e as enchentes, em que, mais uma vez, nós trabalhadores somos linha de frente, convocados para trabalhar nos abrigos emergenciais, organizar, acolher, atender e manter os serviços CRAS, CREAS, Centro Dia funcionando, pautado num compromisso ético com a classe trabalhadora que a gente atende. Então, assim, um profundo estresse, um desgaste físico e emocional. Isso é um pouco para expressar a nossa indignação da forma envergonhada como o projeto foi encaminhado para a Câmara no dia 2 de janeiro sem nenhuma discussão. A gente é essencial por conveniência; em alguns momentos a gente é essencial, em outros momentos a gente é tratado dessa forma, desconsiderando a referência nacional que nós, em Porto Alegre, somos, sim, o debate sobre a política de assistência social.

Sobre a justificativa do governo de maior eficiência, de redução de custo, alinhamento com as necessidades contemporâneas da população, a nossa preocupação é que essa eficiência não seja desrespeitando o direito da população de rua, como nas ações de zeladoria que vêm acontecendo pela Guarda Municipal em Porto Alegre; que a redução de gastos não se expresse na redução de salários, como se expressou em diversas vezes no PAIF e no Paefi, da (Ininteligível,), passando para o Calábria, na abordagem social, e que as necessidades contemporâneas não tenham a ver com reduzir direitos e precarizar vínculos de trabalho. O projeto de extinção da FASC, como foi encaminhado, é um cheque em branco do governo, e isso causa de fato insegurança para quem está lotado na FASC, de não saber se permanecerá trabalhando na política de assistência, desconsiderando todo o acúmulo que a gente tem, teórico e de trabalho nessa política, abre uma possibilidade de relotação por demanda da SMAP do governo. O governo não apresentou nada no organograma, pede para que a gente tenha boa fé e que a gente aceite essa proposta. O próprio governo tem um pouco dessa credibilidade, dessa fé que ele pede para a gente, um pouco balada diante dos escândalos da SMED, da própria FASC.

As nossas exigências a gente expressou e pautou em alguns documentos, e eu vou destacar pontos da carta aberta do Cores-FASC em relação aos PLs. A gente quer a apresentação de organograma antes da votação de qualquer projeto; a constituição de uma comissão de transição com paridade de trabalhadores; que seja apresentada a estrutura da secretaria a partir da lei de reordenamento, a absorção dos trabalhadores da FASC na nova secretaria, nomeação de trabalhadores para garantir o RH na nova secretaria; que a direção técnica se mantenha e seja prerrogativa com o servidor estatutário; que o concurso aberto para assistente social seja incorporado pela nova secretaria; que o Conselho Municipal de Assistência permaneça deliberativo, de acordo com o Conselho Nacional de Assistência; que a gestão do SUAS seja pública, e os serviços estatais sem necessidade de constituição de órgãos públicos ou privados para a gestão dos serviços; que a gestão seja com base nos dados de monitoramento e vigilância e conduzido por servidores de carreira, e que haja garantia em relação ao patrimônio imobiliário da FASC, que seja transferido para as finalidades da assistência social na nova secretaria, não podendo ser cedido, transferido ou alienado. A gente sabe que o prédio da FASC já estava precificado, e essa é uma garantia que a gente precisa ter para que a assistência tenha ainda um local, seja uma secretaria constituída, mas que haja todas as garantias aos trabalhadores dos diversos vínculos, terceirizados, conveniados, estatutários, celetistas, e sobretudo para a população usuária.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada. Foram 13 minutos. Já vou passar de imediato a informação para todos que estão aqui que a Seção de Registros de Pronunciamentos e Anais está informando que a transcrição completa desta audiência pública pode ser solicitada por meio do *e-mail* pronunciamentos@camarapoa.rs.gov.br e também estará disponível no *site* da Câmara em: atividade parlamentar/audiências públicas, na barra de documentos.

Vou passar agora ao diretor legislativo para chamar a primeira pessoa da sociedade civil que se coloca contrária ao projeto, para poder discutir.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A primeira inscrita contrária ao projeto é a Sra. Ângela Silva.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Presidente, e a Frente Gaúcha em Defesa do SUAS?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Vereadora, já falamos que os dois eram juntos. Eu disse que era para dividir o tempo.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Sim, mas tem 2 minutos ainda que a Frente Gaúcha vai fazer uso.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Ok, então, vou controlar os 2 minutos.

SRA. LEILA APARECIDA CUNHA THOMASSIM: Sou representante do SUAS, reforço todos os pedidos, todas as reivindicações que os companheiros do Simpa fizeram. Componho hoje um movimento unificado em torno do SUAS, composto pelo Conselho, pelo Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Frente Gaúcha em Defesa do SUAS, estamos unidos. Fizemos um documento questionando várias questões para o governo, tivemos realmente uma resposta extremamente difusa sobre vários aspectos, muitos questionamentos, mas o que eu queria frisar aqui, neste momento, é, primeiro, a nossa indignação por essa conferência estar nesse formato, dizer que direito à participação é um direito socioassistencial dos usuários do SUAS. Além de saudar todos os vereadores presentes, todos os presentes, a própria Presidente da Câmara, quero saudar os usuários não presentes aqui, em função da conferência, da videoconferência estar sendo neste formato, neste modelo e neste horário, dificultando a participação dos usuários, e participação é direito socioassistencial. Dizer que é muito complicado, toda uma história de 30 anos

da FASC, em que essa Casa muitas vezes foi palco para muitos debates e muitas discussões, ser feito de uma forma tão rápida e aligeirada. Então, eu pediria que a gente pudesse resgatar essa discussão da audiência pública com os usuários, retirasse a urgência do projeto, já que o secretário, o futuro secretário talvez da assistência, disse: “Que bom, as coisas estão tranquilas, vão ser resolvidas, tudo é uma questão de entendimento”. A proposta do PL é completamente desatualizada do que tem avançado no SUAS, não fala do conselho, não fala do fundo, não fala da proteção social básica, não fala da proteção social especial, não deixa evidenciado como é que vai se dar a relação com a rede social pública e privada, não fala da questão do patrimônio, da preocupação que se tem com esse patrimônio, com a própria sede da FASC, para enfrentar a precarização que é presente já na vida do trabalhador e na oferta de serviços socioassistenciais para os usuários. Então, ele deixa muitas dúvidas. E, infelizmente, nós fizemos esse coletivo maior que está discutindo assistência, inclusive o CRP, o Cress, que participam, os conselhos regionais, os fóruns, e as frentes de usuários, trabalhadores, entidades, e tem vários questionamentos sobre vários aspectos. Então, é um projeto que causa muito temor, muitas lacunas sobre a questão do seu caminho, do seu rumo, numa realidade que está extremamente precarizada, porque a gente sabe que há um adoecimento presente, permanente, e uma precarização dos trabalhadores e uma precarização nas ofertas. Então, a gente pede reiteradamente uma sensibilidade da Presidente da Casa, da Câmara de Vereadores, a Comandante Nádia, que pudesse rever essa questão para a gente poder fazer esse debate com qualidade, de fato, de toda essa história, uma história muito participativa, com muita presença de usuário, e que a gente pode resgatar toda essa questão desse princípio da participação popular que regeu toda a história dessa política. E enfrentar várias lacunas, porque a gente sempre diz assim: não é só mudar seis por meia dúzia, a gente tem que enfrentar realmente o olhar do governo sobre a política. Então, não é vestir um santo e vestir o outro que vai estar igual. Não, não tem que ficar igual, tem que melhorar, tem que avançar, tem que ter investimento, tem que trabalhar com a questão da desburocratização. Se houve

um engessamento, ele foi criado também pela forma como os governos vêm conduzindo a política. Quem criou a secretaria paralela à FASC foi o próprio governo, o próprio governo que está aí, o atual prefeito Melo. A gente vê que é um debate complexo, esse projeto não nos representa de fato, e eu estou falando por esse coletivo maior, que faz o dia a dia da política, que recebe atendimento, oferta de serviços, programas e benefícios. Então, nós temos que nos debruçar no sentido de criar um GT, criar um grupo de trabalho que possa se debruçar com responsabilidade, com cautela e com muita coragem para poder enfrentar as lacunas que têm e a gente poder avançar, de fato, numa política de assistência social mais inclusiva, com mais qualidade na oferta, que possa avançar naquelas lacunas que têm com relação ao processo de adoecimento do trabalhador, de precarização do trabalhador. Como o colega Iago falou, é o trabalhador que alcança o cotidiano das vilas, o cotidiano das pessoas afetadas pelas enchentes, o cotidiano das pessoas que estão em sofrimento e vulnerabilidade. E nós temos toda uma gama de serviços, de potencialidades para avançar nessa política, por isso que a gente tem que se debruçar com coragem, com tempo, com compromisso ético-político e da participação. Então, acho que são esses elementos que eu queria trazer, já passei 2 minutos, eu acho, e agradeço muito esse espaço. A gente queria expor melhor o documento das dúvidas, propostas que a gente tem para qualificar esse processo, mas, infelizmente, o tempo não vai dar. Infelizmente, esse modelo de videoconferência também é muito restritivo, não é só um sim ou não, não é quem é contra, não é quem não é. A gente já avançou, a gente quer uma política social de fato, inclusiva e participativa, e é aqui que a gente vem novamente apelar, que retirassem a urgência do projeto e que pudéssemos realmente discutir com a presença de todos os segmentos que vivem o cotidiano dessa política. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Dona Leila, foram 6 minutos e 30 segundos, ultrapassamos o tempo que era devido a cada um dos integrantes iniciais. Agora, nós vamos retomar, falando que são 5 minutos para

cada pessoa, quando faltar 1 minuto, seja para os vereadores ou para a sociedade civil, eu vou informar “1 minuto”, para que a gente possa dar a oportunidade de todos falarem.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, só para saber, entre os vereadores, como está a ordem das inscrições?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Eu coloquei no nosso grupo, Ver. Pedro Ruas, está no grupo da Legislativa.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Diretor Legislativo, pode chamar a primeira pessoa da sociedade civil, por gentileza; 5 minutos, quando faltar 1 minuto, eu aviso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, a primeira inscrição contrária é da Sra. Ângela Silva.

SRA. ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA: Boa noite a todos e a todas. Primeiro, eu vou fazer minha autodescrição: eu sou uma mulher branca, tenho 59 anos, tenho cabelos brancos, não só pela idade, mas pelo tempo que a gente está nessa luta da política de assistência social, estou com uma camiseta branca e estou presidente do Conselho Municipal de Assistência Social. Vou tentar aqui me ater a alguns pontos, porque os colegas que me antecederam já contaram muito dos itens e das questões que a gente acha importante, e eu espero muito que os vereadores e as vereadoras desta Câmara levem em consideração o que está sendo dito pela sociedade civil nesta audiência. Quero também informar a todos e todas que estão nos assistindo um pouquinho do processo que foi na busca da gente tentar garantir o acesso ao debate deste projeto. O Conselho Municipal de Assistência Social encaminhou há mais de dois meses para o

governo a solicitação de acesso e de discussão em relação aos boatos que a gente ouvia sobre a questão de ter uma alteração na política de assistência social. A Frente Gaúcha em Defesa do SUAS também encaminhou ao gabinete do prefeito uma solicitação de reunião para que a gente também pudesse fazer parte deste debate, o que não ocorreu em nenhuma delas. Nós conseguimos participar de uma reunião com o governo através de um convite feito pelo Simpa, pelo Cores-FASC, que nos convidou a estar em uma reunião que eles conseguiram agendar com o governo. E digo isso para demonstrar bem concretamente, para que todos e todas saibam que este é um processo que não teve debate, que não foi discutido, e do qual nós não participamos. Quando nós ficamos sabendo, então, no dia 2 de janeiro, que este projeto tinha ido para a Câmara, o que a gente tentou fazer foi primeiro entender e tentar conhecer o que era este projeto. Fizemos uma reunião na sexta-feira à noite, na qual nós tivemos a participação de mais de 170 pessoas preocupadas e angustiadas com o projeto que tinha sido encaminhado para a Câmara de Vereadores. Com isso, entendemos que precisávamos nos unir e fazer essa discussão, então constituímos uma unidade entre os fóruns, seja ele dos trabalhadores, dos usuários, do Cress, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Fórum de Entidades e do Conselho Municipal de Assistência Social. E, desde lá, a gente se debruçou neste projeto, e aí eu quero dizer aqui, da nova secretaria, que é meia página, que coloca o que será esta nova secretaria. E nós começamos, então, a nos reunir e tentar entender o que dizia neste projeto, afinal de contas, já que ele estava sendo colocado, como, então, agora, tendo uma secretaria, todos os problemas da assistência social estariam resolvidos, como se a única questão fosse que a FASC não conseguia, então, ter a modernidade suficiente, enfim, e tudo mais. Então, nós nos debruçamos em cima deles e começamos a ver uma lacuna imensa que tem, ninguém conseguia entender direito os artigos que estavam colocados, começamos a sentir ausência do que é o Sistema Único de Assistência Social; o próprio Conselho Municipal de Assistência Social, que é quem delibera e fiscaliza a política da assistência social no Município de Porto Alegre, não tinha nenhuma linha sequer colocada

sobre ele. Esta unidade representa exatamente quem executa, quem discute e quem faz a política de assistência social no Município de Porto Alegre.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto.

SRA. ÂNGELA MARIA AGUIAR DA SILVA: Já? Vou tentar concluir, então. Eu quero aqui desmistificar uma questão, nós não estamos aqui discutindo quem é contra, quem é a favor, nós estamos colocando, desde o início, que nós queremos debater esse projeto, nós queremos fazer parte. Se a gestão e se a Câmara de Vereadores estão entendendo que queremos uma secretaria forte, essa secretaria forte só vai acontecer se ela tiver a discussão e a participação de quem faz essa política, e de quem faz há muito tempo essa política na cidade de Porto Alegre. Então, desde o início a gente colocava: retirem a urgência deste projeto, não tem como, em uma semana, fazer uma alteração de toda a política de Assistência Social. Em relação a esta audiência, nós encaminhamos a solicitação de preparação dos usuários colocando a sua dificuldade de participação, não teve a sensibilidade de ser revista, de ser repensada a participação dos usuários. E o que a gente mais ouve dizer é que estão pensando naqueles mais necessitam, mas são os que mais necessitam que vocês não deixaram fazer parte deste debate, não oportunizaram que eles pudessem estar neste debate. Nós encaminhamos 12 itens de reivindicações, 12 itens que a gente entende fundamentais que estejam nesse projeto. Se querem demonstrar que, de fato, são democráticos e que estão querendo fazer o debate; se, de fato, querem a participação, retirem... (Problemas técnicos no som.) ...desse projeto e vamos fazer debate coerente com todos que construíram e constroem essa política de Assistência Social.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ângela, 5 minutos e 59 segundos. Passo, de imediato, à Ver.^a Natasha Ferreira.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Boa noite; boa noite, V. Exas., boa noite, Presidente; boa noite, principalmente, aos funcionários públicos, que, mais uma vez, têm sido duramente atacados aqui. Eu não quero me tornar muito repetitiva, mas quero dizer que, de fato, Presidente, esse projeto da extinção da FASC precisa da participação, principalmente, dos usuários; os usuários são, quem sabe, a parte mais interessada também para a melhoria desse serviço, mas, com este formato, infelizmente – eu estava olhando aqui no *chat* –, muitas pessoas não têm acesso à internet; como hoje de manhã, quando a gente debateu a questão do DMAE, e muitas pessoas não têm nem água encanada. Então eu acho que isso é um princípio de uma outra relação democrática que nós precisamos ter com a cidade, mas, principalmente, de a gente defender essa, digamos, estrutura pública para que, de fato, ela funcione. Não houve nenhum espaço oficial de debate aqui com os trabalhadores e trabalhadoras que são, de fato, responsáveis pela efetivação dessa política na nossa cidade.

Eu tenho algumas muitas preocupações aqui com a forma como esse PL foi apresentado. Primeiro, nós precisamos garantir que tenha a criação de uma comissão de transição que seja paritária dos trabalhadores e das trabalhadoras. Em nenhum momento isso aqui é mencionado. Nós também precisamos que o conselho seja deliberativo, esse caráter não pode cair, como estavam fazendo com o conselho do DMAE hoje de manhã – querem tirar o caráter de deliberação. Nós precisamos manter, porque isso é uma política nacional de Assistência Social, inclusive aprovada nas gestões petistas. Também nós precisamos aqui saber que não vai haver nenhum prejuízo funcional aos direitos também e nenhuma realocação forçada ou perseguição aos trabalhadores; mas como é que a gente garante isso, sendo que a gente sabe que este governo tem meio que passado a patrola aqui? Nós estamos em janeiro, e aqui definindo duas questões de fundações públicas, uma que é autarquia e outra que é a FASC. Também que esse conselho municipal de Assistência Social permaneça deliberativo, isso é fundamental. E, com uma nova secretaria, eu não acho que uma nova secretaria simplesmente vai resolver esse problema hoje da falta de Assistência Social na cidade, principalmente do aumento das pessoas em

situação de rua, muito pelo contrário. Uma nova secretaria só faz sentido se ela tiver política expressada, principalmente nesse projeto de lei que foi mandado aqui para a Câmara, mas que simplesmente fala de uma reagrupação de espaços de CCs, e não fala de uma política mais organizada e mais transparente. Também a gente precisa que garantam que a gestão seja mantida na relação com o marco regulatório. Isso também não aparece em nenhum momento expressado; e é fundamental que o governo tenha, na verdade, uma saída. Também que o patrimônio mobiliário e imobiliário da FASC continue sendo utilizado para as finalidades de Assistência Social. Vejam bem, mais uma vez é um projeto que não conversa com a cidade, é um projeto de um governo que fala em democracia, mas que constrói tudo nas mesas de negociação, faz um tipo aqui de audiência virtual que não é nem um pouco, digamos, sob o ponto de vista de ampliar esse debate, muito interessante, porque as pessoas que estão aqui não são os usuários e as usuárias desse serviço, que precisariam, de fato, estar participando, até para falar quais tipos de melhoria desse serviço que precisam. A gente tem várias urgências em Porto Alegre, mas a principal delas aqui hoje é reestabelecer o pacto de democracia, de respeito ao funcionalismo público da cidade. Então nós somos, por óbvio, enquanto bancada – e eu, no caso, sendo a líder do PT –, contra esse projeto hoje como ele está, porque nós precisamos aqui ter mais garantias para o funcionalismo. A gente quer que a comissão de transição, por exemplo, seja, de fato, respeitada. Nós não podemos ter aqui simplesmente uma criação de uma secretaria onde o governo vai deliberar os seus CCs, não vai conversar com o setor que hoje ocupa a FASC e vai fazer esse tipo de atropelo. Política de Assistência Social é construída há muito tempo; então nós não podemos agora, simplesmente, em um mês aqui, em duas sessões rápidas...

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto.

VEREADORA NATASHA FERREIRA (PT): Em uma audiência, em uma sessão que está prevista para a próxima quinta-feira, nós votarmos, tanto o DMAE

quanto a FASC. Eu peço, mais uma vez, que o governo retire esses projetos, que a gente possa fazer uma discussão com mais tempo. Não é possível, hoje não é possível, humanamente, esta forma com a qual a gente está debatendo tanto o DMAE quanto a FASC. Essas formas precisam ser democráticas para que o povo possa opinar. Quem sente a falta de água não participou do debate de manhã; e quem sente falta da política de Assistência Social não está participando desta discussão, ou seja, elas são inócuas sob o ponto de vista público. Eu quero pedir, mais uma vez, por favor, Presidente, que essas audiências tenham a participação do povo e de forma presencial.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Natasha, 5 minutos. Diretor legislativo, agora, a pessoa da sociedade civil, que é a favor dos projetos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente, o primeiro inscrito é o Sr. Gustavo Waschburger.

SR. GUSTAVO WASCHBURGER: Oi, boa tarde. Eu falo aqui pelo Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Eu só gostaria de iniciar fazendo um pouco de desconstrução dessa questão de ser contra e a favor, porque, na verdade, aquilo que a gente precisa é que a política pública funcione para os usuários, que são os destinatários desse serviço, dos projetos e programas que são executados. Para além da questão do diálogo, tem um outro elemento que acho que é muito pertinente também para a Assistência Social, que é uma dinâmica de acolhimento, e acho que esse é um elemento bem significativo neste debate, fazer a acolhida desses sentimentos que são inerentes à mudança. A mudança gera, normalmente, algum tipo de transtorno, algum tipo de preocupação, algum tipo de insegurança, e acho que a acolhida desses diversos sentimentos é um elemento significativo para esse perfil da política de Assistência Social. Daí, eu traria algumas coisas que são relevantes sob esse ponto de vista, nesse processo de transição, que precisam de atenção.

Tem alguns serviços que são executados que precisam de uma atenção grande, de uma atenção diferenciada, eu acho, para esse processo não passar despercebido. Um dos movimentos é a questão do serviço de convivência, ou Sase, que é um serviço executado por uma grande quantidade de instituições e que abrange uma quantidade grande de crianças e adolescentes atendidos. Esses serviços precisam ter uma atenção para que esse processo de transição ocorra de uma forma fluida e bem feita, enfim. Outros dois serviços que têm bastante necessidade de atenção são o serviço de apoio familiar, ali, o SAF, que precisa entrar para alguma forma de organização específica no Município. E talvez essa mudança da FASC para a secretaria possa vir a se prestar também para a gente organizar esses serviços. E o serviço de abordagem social, que é bastante caro; ele começou aqui em Porto Alegre, tem uma repercussão daqui para fora, enfim, tem uma tradição ali que acho que precisa ser revista, e daí no sentido de melhor qualificar esse serviço, no sentido de escutar também as pessoas que compõem esse serviço, no sentido de fazer essas melhorias. Por vezes, por exemplo, o pessoal faz abordagem, sensibiliza a pessoa que está em uma situação de rua para acessar algum serviço; mas, às vezes, esse serviço não dá conta para que as pessoas saiam dessa situação. Assim como já foi elencado aqui, e acho que com muita pertinência, diversos trabalhadores da FASC têm uma *expertise* muito grande na questão do desenvolvimento da política de Assistência Social em Porto Alegre, têm um histórico bem significativo, e é notório isso, principalmente nas intervenções em que a gente interage. Também as instituições que fazem o atendimento já têm um DNA específico do atendimento da população, e isso faz com que tenha uma capilaridade bastante grande no Município. Ou seja, tem instituições em diversos lugares. Nesse sentido, eu chamaria atenção para esse aspecto.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Um minuto.

SR. GUSTAVO WASCHBURGER: Certo, obrigado. Então, que seja possibilitado esse espaço de conversa e de diálogo com essas duas

representantes da política de assistência em Porto Alegre. E outro elemento também é a questão do aperfeiçoamento. Bom, vamos fazer uma mudança? Beleza, bacana. Existem fluxos e processos que estão hoje mais ou menos consolidados que precisam ser revistos e também aperfeiçoados. Eu poderia dar um exemplo, a questão de avaliação que é feita nas prestações de contas; às vezes, a prestação de contas é feita em um período de um ano inteiro, e daí você tem um conjunto de apontamentos que poderiam ter sido resolvidos em um primeiro mês. E acho que uma coisa muito significativa, no sentido da construção dessa parceria entre o conjunto de entidades e o poder público, é a questão das visitas *in loco*, ou seja, você visitar as instituições de uma forma parceira, colaborativa, você incidir para que esse serviço possa estar se aperfeiçoando cada vez mais. Acho que são esses alguns pontos. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Gustavo, 5 minutos e trinta segundos. Vou passar, de pronto, à Ver.^a Grazi. A Ver.^a Grazi Oliveira está com a palavra.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Uma boa noite, quero saudar todos e todas que estão participando dessa audiência, saudar em especial o Simpa, que, através da mobilização, conseguiu garantir que nesse dia a gente pudesse minimamente estar apresentando as reivindicações, não só nossas, mas dos usuários, das pessoas que principalmente utilizam a política de assistência da nossa cidade. Não é possível a gente não deixar esse registro porque, de fato, é um pouco revoltante a gente não ter a participação, principalmente dos usuários, que são os mais interessados e que, com certeza, serão os mais afetados com qualquer mudança que, de fato, aconteça, que não esteja de acordo com aquilo que a gente defende, como uma política efetiva de assistência social para Porto Alegre. Bom, dito isso, eu quero, de novo, trazer uma reflexão que trouxe hoje pela manhã, que tem relação com as formas como o governo vem justificando a apresentação, a toque de caixa, desses PLs. Hoje de manhã a gente debatía sobre o PL do DMAE, bem como a forma como foi apresentado

e está sendo publicado para a população, que é isso e acabou. Agora a gente debatendo sobre a extinção da FASC, e mais uma vez chega um projeto de lei que é deficitário – existem vários problemas, existem ausências importantes na escrita do corpo desse texto. A gente sabe muito bem que aquilo que não está sendo dito, aquilo que não é escrito, não é óbvio, por mais que pareça óbvio, para quem executa a política, para quem faz a gestão, para quem está fora desse contexto, a gente sabe que não há obviedades. E porque estou pontuando essa situação? Hoje pela manhã, a justificativa foi: modernização e eficiência. Esse é o objetivo do governo com a reestruturação das secretarias, com a extinção da FASC, e com a criação de uma secretaria de assistência social. Mas, gente, o governo Melo, a gente precisa retomar, o governo Melo está na sua segunda gestão, está iniciando a sua segunda gestão; então, por quatro anos nós tivemos grandes problemas com a eficiência e grandes problemas com a modernização, dentro da política de assistência. A exemplo disso, está dado ali, nós vivemos a situação da Garoa, onde infelizmente, no ano passado, vai completar um ano daqui a dois, três meses, que acabamos perdendo dez moradores de rua pela precariedade da Pousada Garoa; nesse caso nós não tivemos eficiência do governo Melo. Modernização, quando a gente trata sobre a questão que nos assola profundamente, que é a ausência de profissionais, sabendo que houve concurso e que esses profissionais não foram chamados para assumir o seu posto, para atender na ponta aquelas pessoas que hoje estão deixando de ser atendidas, por falta de profissionais. Então, tivemos, durante quatro anos do governo Melo, que não foi eficiente e que não trabalhou a partir do princípio da modernização. Aí, agora, apresenta um projeto, desculpa, muito mal escrito, desculpa, colegas, mas muito mal escrito, um projeto que fala sobre assistência, que não tem LOAS, que não fala da Lei Orgânica de Assistência Social, que não fala do Sistema Único de Assistência e não tem a palavra “usuário”. Se vocês lerem o texto, de cabo a rabo, não existe a palavra “usuário” dentro do projeto, por quê? Porque ignoram as principais funções do que é o trabalho que a FASC realiza em Porto Alegre. Então, eu queria dizer para o governo, principalmente para quem está nos escutando, que todas as acolhidas das reivindicações que

foram feitas são excelentes, são importantes, serão fundamentais para fazer com que o projeto ganhe qualidade. Olha, Nádia, há uns 2 minutos tem uma pessoa mexendo num saco de pacote, com som ligado, e eu estou perdendo o fio da meada aqui.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PL): A Sra. Elaine Santos está com o áudio aberto.

VEREADORA GRAZI OLIVEIRA (PSOL): Então, tentando concluir, é importante dizer que nós precisamos levar com seriedade pautas que são extremamente importantes, que mudam – que mudam – e que atingem a vida das pessoas na ponta. E não me parece que votar de uma forma, como está sendo imposto, porque é isso, o governo está impondo de forma urgente, sem querer fazer audiência pública, algo que é estruturante para nossa sociedade. Então, meu primeiro pedido aqui, para encerrar essa fala, é que, de fato, o governo possa sentar, possa analisar, olhar para esse projeto, olhar de fato para o que se quer e, de fato, constar dentro desse projeto de lei como quer que a política de assistência funcione na nossa cidade, porque, ao ler o projeto, da forma como chega nas nossas mãos, ele não diz absolutamente nada e não garante absolutamente nada. Onde é que vai ficar o patrimônio? O patrimônio vai ficar na Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, como assim? O patrimônio tem que ficar com assistência. Os trabalhadores da FASC, onde é que vão ficar? Eles têm que ficar lá na assistência. O Conselho Municipal de Assistência, onde é que está? Não está! Essas coisas precisam estar ditas, precisam estar escritas e precisam estar entendidas, porque toda essa confusão, todas as falas que a gente ouviu até o presente momento e que vai ouvir ao longo dessa noite, têm relação com o que não está escrito, com o que não está dito, com o que não está explícito dentro do projeto, trazendo insegurança, e com razão, aos trabalhadores e trabalhadoras.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Grazi, que falou por 6 minutos e 22 segundos. Por favor, diretor quem é o próximo inscrito, contrário, da sociedade civil?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É a Sra. Jucemara Beltrame.

SRA. JUCEMARA BELTRAME: Sou uma mulher branca, estou de roupa preta, como condiz com esse dia, porque, para quem lutou pela assistência social hoje é um dia de luto, porque a política da assistência social é uma política de acolhimento, como bem referido pela Leila e pelo Gustavo, e nós não estamos tendo esse acolhimento por parte da Câmara de Vereadores, também não tivemos pelo prefeito municipal. Eu quero dar um salve ao Simpa e seus advogados por terem conseguido esse lugar, esse espaço, para que a gente pudesse estar aqui, minimamente, dizendo do nosso desespero desse projeto cheio de lacunas, cheio de vácuos, que não traz nenhuma segurança para trabalhador, para usuário e nem para as entidades. Estamos todos reunidos, tivemos essa audiência, como referido pela Ângela anteriormente, graças ao Cores FASC. E hoje, pelo início da tarde, tivemos uma reunião desse grupo que a gente chama de "Unidos pelo SUAS", estávamos discutindo se nós entraríamos como contra ou a favor; acaba que eu me inscrevo contra, o Gustavo se inscreve a favor, porque, de fato, todos nós estamos sem saber para que lado correr, porque o projeto não diz absolutamente nada. Nós elencamos um documento que foi entregue ao centro de governo, com 12 questões mínimas para que pudesse elucidar do que diz, o que querem dizer com algumas questões que são colocadas no projeto. Entregamos também esse documento para alguns gabinetes que encontramos abertos nessa caminhada. A gente está, na verdade, desde o dia 2 de janeiro, não paramos mais de estudar, de ler, de produzir documentos, de produzir material para subsidiar os vereadores. A frente em defesa dos SUAS criou uma série de documentos, e a gente foi, a gente está nessa cruzada, na defesa dos SUAS. O SUAS é uma política que é um sistema.

Não se acaba com o sistema assim, num canetaço. É fundamental a discussão, a participação; é por isso que nós estamos pedindo um comitê, onde participe o fórum de trabalhadores, o fórum de usuários, fórum de entidades, o Conselho Municipal de Assistência Social, que afinal de contas é quem delibera a política da assistência. E vocês sabem que para haver cofinanciamento, ou seja, para ver recurso do governo federal, do governo estadual, é preciso ter alguns órgãos funcionando no Município. Se isso não estiver previsto não se recebe recurso do cofinanciamento; temos que ter o conselho deliberativo e que esteja vinculado a essa política. Isso não diz em lugar nenhum do projeto do governo; é preciso ter o fundo de recursos, o fundo municipal da assistência social, não se refere nesse projeto. O tempo todo nos dizem que isso virá, que isso virá num decreto, que isso poderá vir, mas isso não dá segurança, deixou toda a cidade em polvorosa. Quero, de novo, agradecer ao Simpa porque, quando a Câmara de Vereadores fecha as portas de nos receber, estamos aqui em quase 100 pessoas no Simpa para poder viabilizar que as pessoas possam minimamente ouvir, porque nem todo mundo conseguiu se inscrever para falar. Os usuários, cadê os usuários dessa audiência? Eles não têm acesso. E é para quem, afinal de contas, essa política que está sendo feita? O governo chamou os usuários... Não quer ouvir trabalhadores, não quer ouvir entidades, está bem, mas e os usuários? Nem esses ele vai ouvir? Ele não diz que governa para quem mais precisa. E esses que mais precisam, quando serão ouvidos, em que momento serão ouvidos? Então, retire urgência desse projeto. Vamos discutir. Todo mundo vai ganhar com isso! Retire a urgência, esse é o nosso pedido! E é isso, não tem nem contra nem a favor, nós só queremos participar da construção, se for essa nova secretaria, não tem problema, beleza, vamos nela. Agora, é preciso saber qual é a estrutura que vai ter essa secretaria e o que da política da assistência será mantido nessa secretaria, porque em lugar nenhum a gente consegue visualizar isso. Nós precisamos saber o que vai ter nessa secretaria e qual o orçamento que está previsto para essa secretaria! Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sra. Jucemara, que falou por 5 minutos e 5 segundos. O Ver. Jonas Reis está com a palavra.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado pela palavra, Presidenta, uma boa noite a todas e todos os presentes, também àqueles que se encontram presencialmente no Simpa. Primeiramente, eu quero dizer que essa audiência pública só está acontecendo por força maior da lei, graças ao Simpa, que entrou na justiça. Porque o governo Melo é um governo autoritário, é um governo que não gosta de ouvir a população, que não quer ouvir o povo. É o fato que traz até essa audiência algumas pessoas do governo, mas não traz o prefeito. O prefeito não vem, porque o prefeito não quer ouvir o povo. O prefeito, durante a eleição, ele queria os votos do povo, levou. Agora, este governo precisa explicar ainda muita coisa. Onze mortes de inocentes num contrato que permaneceu, após o incêndio, funcionando o contrato. O pagamento acontecia à empresa. Isso tudo vai ser objeto de investigação e está sendo. É uma vergonha saber que a assistência social precisava de mais recursos, mais dinheiro; tiveram quatro anos e o governo vem para esta audiência e diz que agora vai fazer! Pelo amor de Deus, parem de debochar da população mais vulnerável da capital. Nós não temos mais um abrigo para idosos, não temos abrigos próprios, nós não temos uma política robusta de assistência, porque a todo momento vocês enxugam o quadro da FASC. Vocês não colocam servidores de carreira. Aliás, vocês colocam políticos. Vocês querem criar uma secretaria com cabidão, com FGs de R\$ 3 mil, R\$ 4 mil, quando a gente precisa que aquelas pessoas que fizeram concurso sejam nomeadas para apoiar a população, para acolher a população. Nós queremos mais assistentes sociais, mais monitores, mais servidores, mais psicólogos, mais trabalhadores dentro da política prevista pelo SUAS, para que de fato isso aconteça, para que de fato a gente consiga atacar a pobreza extrema na capital, para que de fato a gente consiga acudir as famílias vítimas dessa vulnerabilidade terrível de uma cidade que está dividida entre aqueles que podem tudo e aqueles que não acessam absolutamente nada de políticas sociais. Vocês só cortam recursos, vocês não ampliam, não tem nenhuma

proposta orçamentária que acompanhe esse projeto, é a simples extinção sem dizer como vai ser o futuro. E pior de tudo, não falam nada sobre o Conselho de Assistência Social, que é fundamental para que a gente tenha segurança jurídica e continue recebendo os recursos, por exemplo, do governo Lula, das políticas nacionais, do governo Leite, inclusive as políticas estaduais. Vocês estão colocando uma massa enorme de trabalhadoras e trabalhadores desempregados da capital que precisam dos recursos que vêm pela política de assistência social. Nós não podemos nos calar diante de um governo que não tem nada a oferecer do que simplesmente dizer que vai encerrar aqui, vai fazer alguma coisa lá, mas não diz no papel, não fala no documento, não detalha; quer na verdade, uma carta vazia, um cheque vazio para preencher da forma que achar conveniente. Mas na Câmara de Vereadores não será assim, porque nós queremos que o povo seja ouvido, que a discussão seja com a sociedade civil organizada. Não é possível quando o Brasil avança em democracia, em participação, em ouvir o povo em conselhos deliberativos, o governo Melo, nessa sanha autoritária, nesse fundamentalismo de burocratização mesmo, ditatorial das políticas, não quer mais ouvir ninguém. Agora, o fato é que quem faz a assistência social acontecer se mobilizou neste mês de janeiro na nossa cidade de Porto Alegre, organizou essa luta para garantir essa audiência pública. Porém, é preciso ainda que o governo saia dessa caminhada horrível que está tendo e comece a ouvir o povo, a conversar com a população e pare com essa política de higienização, porque nós faremos boletim de ocorrência. Se mais uma vez nós pegarmos caminhão do DMLU recolhendo os objetos das pessoas em situação de moradia de rua, e, na verdade, acompanhados por agentes da Guarda Municipal, nós vamos tratar isso como roubo, porque não é possível as pessoas com as suas barracas nas ruas, com seus materiais para dormir, os seus objetos, sejam transformados em lixo, jogados em caminhões e levados, e as pessoas não são acolhidas. Não tem nem agentes da assistência social junto. Estão fazendo uma política de higienização que nós estamos denunciando e vamos levar, sim, para a polícia se continuar. Estou avisando, inclusive, aos membros do governo que estão assistindo essa audiência. Isso vai ter fim! Nós

queremos acolhimento e política real, respeito. Se a FASC vai ser extinta, nós queremos uma conversa, um diálogo com os trabalhadores e os usuários e não com apenas os vereadores da Câmara. Não é por aí. Nós queremos a assistência de verdade e SUAS de verdade na capital.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Jonas Reis; falou por 5 minutos e 35 segundos. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Olá, Vereadora-Presidente, Comandante Nádia, todos que nos assistem. Acho que é muito importante começar a fala dizendo que nós não estamos extinguindo, nós estamos transformando a FASC numa secretaria. Isso é muito importante porque são coisas bem diferentes quando a gente fala de estrutura de administração. E quando a gente transforma uma fundação em uma secretaria, nós trazemos várias mudanças dentro do regime jurídico que é próprio, que passa a ser implementado pelo primeiro escalão e que traz benefícios com isso, tira o engessamento e a burocracia que hoje existe para muitas questões que são importantes.

A gente ouve aqui falando da pressa, da rapidez do processo, e, sim, nós temos pressa, nós temos que ter rapidez no processo porque tiveram muitas coisas na gestão de quatro anos passadas que deram certo e outras que nem tanto. E uma das coisas que nós não conseguimos avançar foi a questão do desenvolvimento social, da assistência social. E por isso essa separação, essa transformação em secretarias diferente, para que a gente possa fazer a mudança necessária e fazer o acolhimento necessário das pessoas mais vulneráveis da nossa cidade. Se nós não fizermos essa mudança, nós não vamos conseguir ampliar, não vamos conseguir fazer aquilo que a gente quer fazer nos próximos quatro anos. Então, sim, temos pressa, precisamos fazer mudanças. Quando se fala também na nova secretaria, a gente tem que falar de benefícios da política, por exemplo, de concursos, porque nós sabemos que nós tivemos aprovado na Câmara de Vereadores o PDV da FASC no ano passado, onde muitos trabalhadores saíram

por vontade própria e que 30 e poucos funcionários, 34 funcionários, permaneceram. A gente sabe da necessidade de contratação de pessoas para que a gente possa ampliar o serviço, o atendimento, o acolhimento e tudo aquilo que se vem falando aqui.

Então, é muito importante essa participação nas funções, na política, no sistema. Hoje é muito engessado. Hoje a folha de pagamento é feita pela FASC, que poderia estar sendo feita no primeiro escalão. Muitas coisas hoje são feitas diretamente na FASC que poderiam ser feitas pela gestão. A PGM pode dar um auxílio para todos os casos necessários de acolhimento e que não pode fazer hoje por nós sermos uma fundação e não uma secretaria. Então tem muitas coisas, muitos benefícios que nós teremos. E os funcionários, os servidores que podem estar preocupados em perder seus espaços, não vão perder seus espaços. Os 34 funcionários continuarão sendo funcionários da FASC, da secretaria nova, constituída. Nenhum parceiro ou fornecedor vai ser interrompido na transição, vai continuar trabalhando, vai continuar fornecendo, vai continuar sendo parceiro da gestão. Isso é muito importante que se fale. Então eu acho que a secretaria vai aproximar ainda mais as políticas sociais com o centro de governo. E isso é o que a gente quer, recuperar a assistência social, porque nós precisamos fazer dar certo aquilo que até agora não deu certo. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Ver.^a Cláudia; falou por 3 minutos e 50 segundos. Diretor Legislativo, por gentileza, colocar mais alguém da sociedade civil contrário ao projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A próxima é a suplente de vereadora, Jane Pilar.

A SRA. JANE PILAR: Boa noite, Presidenta, boa noite vereadores titulares, a gente está aqui participando dessa audiência virtual, mas a gente considera que ela deveria ser presencial e com a participação de usuários. Nós fazemos uma defesa, eu sou oriunda do Sistema Único de Saúde, a gente fez toda a

construção do SUS em Porto Alegre, e o SUAS foi baseado nas diretrizes do Sistema Único de Saúde. Então, o que a gente tem assim? Nós temos usuários, os trabalhadores, a gestão e os prestadores. A gente acredita que todos esses entes deveriam ser ouvidos, e eu ouvi a fala do gestor André falando da transversalidade. A transversalidade tem que ser praticada também via conselho, porque é o espaço de controle social onde a discussão da política, do financiamento tem que passar por ali. Então a gente acredita que, nesse início de ano, é muito cedo para estar fazendo uma discussão tão séria, porque a gente percebe que a cidade ela está descuidada. A gente entende que o cuidado da cidade é obrigação do gestor público, mas na assistência social, o cuidado passa por esses quatro. E, principalmente, a gente ter um cuidado, uma atenção ao usuário, a gente tem que estar dialogando com o trabalhador, com o prestador e a gestão fazendo a escuta. Acho que isso é muito importante, que a gestão faça a escuta. Eu, no período em que o Jonas se afastou, eu fiz uma visita ao CMAS, participei de uma reunião com eles e, como eu disse, eu tenho muito vínculo com a saúde, então a gente faz, no controle social, a gente faz essa transversalidade. Então, eu acredito assim, que tem que ter uma política, já em nível de governo, principalmente o governo federal faz repasse de recurso significativo. A gente soube no CMAS que o orçamento de 2024 foi em torno de R\$ 312 milhões, isso eu acredito que é custeio para investimento também. E eu acho que o que é importante assim, o projeto, ele é muito incipiente, por isso que eu... E nesse período que eu estava de titular na Câmara, eu conversei com o André Machado, que também assumiu, e ele me deu um exemplo de que foi criado, e, agora, no início, a gestão estava colocando, que foi criada uma secretaria de regularização fundiária, e agora ela está sendo extinta. Então, essa secretaria, não adianta, a questão da gestão é fazer uma política pública competente. Então não adianta criar uma secretaria e dali a pouco extinguir, né? Então, nesse sentido, o que acontece? As fundações, elas têm autonomia, e isso geralmente é visto como algo importante, que é algo que possa captar recurso, enfim. Então, assim, eu acho que uma secretaria, ela centraliza, se ela não tem esse diálogo, e ela está

sendo criada dessa forma, então eu acredito que uma fundação tem muito mais capacidade administrativa de ter autonomia, enfim.

E, por último, eu queria dizer assim, que a assistência social, fazendo uma boa gestão, ela deve ser transversal, e a assistência social tem muito diálogo com a assistência social. E a gente acredita que a cidade está descuidada, e a cidade só vai ser uma cidade cuidada e uma gestão cuidadora se ela ouvir e acatar todos os segmentos da sociedade, sendo, fazendo discussão com o Parlamento, fazendo discussão com os usuários, com os prestadores, e principalmente com os 3.300 trabalhadores, que são eles que estão na assistência. Então, a gente quer uma FASC democrática, e que tenha participação do controle social, e principalmente que o recurso da Prefeitura seja um recurso bem investido.

Então eu acho que é um discurso de início de governo, que a gente tem que estar amadurecendo com a sociedade, e principalmente com os usuários e com os trabalhadores, e viva o Sistema Único de Assistência Social, e queremos a FASC comprometida com o cuidado das pessoas, tanto de crianças, principalmente de crianças e idosos, que são as populações vulneráveis que mais necessitam. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sra. Jane; 5 minutos e 44 segundos. Ver.^a Juliana de Souza.

VEREADORA JULIANA DE SOUZA (PT): Boa noite, Presidenta, boa noite, colegas vereadores e vereadoras, quero dar uma saudação especial às pessoas que estão aqui, nós estamos, desde o início desta audiência, com cerca de 300 pessoas participando aqui na nossa sala virtual, mas quero dar uma saudação também a uma centena de gente que está aqui conosco, no Simpa, se mobilizando para defender a política de assistência social do Município, e aqueles e aquelas usuários do SUAS que não estiveram em condições de participar desta audiência, mas que estiveram lá lutando no dia 6, na Câmara de Vereadores, e estariam participando da audiência se ela fosse presencial, como foi solicitado pela oposição, como foi solicitado pelo Simpa, como foi solicitado

pelo fórum em defesa do SUAS, mas também, Presidenta, como foi solicitado pela Defensoria Pública do Estado e não foi acatado por esta Casa.

Então, quero fazer o registro que, mais uma vez, nós temos aqui uma audiência pública que não garante a participação efetiva da população interessada na alteração de uma política estratégica do nosso Município para garantir os direitos sociais.

Quero iniciar a minha fala dialogando com o que foi exposto pelo governo aqui na sua abertura. Primeiramente, a proposta, que é apresentada de forma açodada, tem como justificativa melhorar a gestão. Diz-se que o regime político da FASC faz com que ela tenha hoje uma sobrecarga na gestão da fundação. Pois o que faz, secretário, o que faz que a gente tenha uma sobrecarga na FASC é a precarização e o desmonte que ela sofre desde o governo Marchezan e que é cada vez mais profundo na nossa autarquia. O que faz com que a gente tenha um processo de não garantia da modernização, da otimização, é o processo de sucateamento que os trabalhadores são submetidos, de precarização das condições de trabalho que os trabalhadores são submetidos e que faz com que muitas vezes a gente não consiga garantir a execução, da melhor forma possível, das políticas. É uma opção de gestão deste governo o processo de sobrecarga e de não garantia da melhoria da gestão, e não o contrário.

Em segundo lugar, quero dialogar com o que a Ver.^a Grazi falou aqui sobre a nossa preocupação da oposição com as ausências e lacunas destes projetos, pois, como especialista em gestão de políticas públicas, eu sei que as ausências e as lacunas também são opções políticas, e as que estão postas aqui são muito importantes.

Eu quero reforçar, portanto, a fala e o documento das entidades que foram entregues ao governo. Os 12 pontos apresentados por um conjunto de entidades e de movimentos que atuam na construção da política de assistência social do nosso Município, destacando alguns, em especial. O primeiro é que nós temos aí dois PLs que, como estão hoje, não garantem a política municipal de assistência social, porque não fazem referência ao SUAS e, na alínea e do art. 13, do PL da reforma administrativa, não cita a íntegra das normativas que regem

a assistência social, e essa lacuna nos preocupa. Nós fizemos emendas nesse sentido.

Da mesma forma, os projetos não fazem referência à manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social e do fórum municipal de assistência social na estrutura da então nova secretaria, assim como não faz referência à manutenção do caráter deliberativo desse importante conselho. E eu quero lembrar aqui, conselho esse, que, quanto ao próprio orçamento de 2025, já havia apontado à Câmara Municipal sobre a discrepância de valores pagos para diferentes organizações que oferecem serviços, da mesma forma que havia apontado a insuficiência de recursos para a execução da íntegra da política de assistência social do Município, pois a nossa LOA de 2025 garante R\$ 330,995 milhões para assistência social. Isso é insuficiente para garantir todos os direitos que são necessários nos serviços e nos programas. É preciso garantir orçamento, e isso não está dado no projeto. É preciso garantir a continuidade de todos os serviços socioassistenciais, os benefícios, os direitos dos usuários que não estão dispostos nas alíneas do inc. III do art. 13 do projeto de reforma administrativa, quando fala sobre as competências da FASC e cita apenas a abordagem à população em situação de rua.

É preciso garantir, Presidenta, para finalizar, que nós tenhamos a gestão plena da rede socioassistencial pela nova secretaria. Hoje a FASC tem parceria com 153 OSCs, e elas precisam estar sob a gestão plena, elas não podem estar de forma solta. É preciso garantir que todos os trabalhadores e empregados da FASC estejam na nova secretaria e que sejam nomeados os concursados e garantidos também a execução do concurso que está posto. Hoje nós temos 242 servidores efetivos na FASC e 795 cargos vagos. Isso é fruto do processo de desmonte que precisa, sim, ser revertido para garantir a qualificação, a otimização, a eficiência e a eficácia do serviço da assistência social.

E, para finalizar, quero reforçar aquilo que é uma pauta central da construção de convergências possíveis, porque eu acredito que é possível construir convergência nesse debate, sim, com a participação plena dos trabalhadores e trabalhadoras, dos usuários, da garantia do controle social e da participação

social numa comissão de transição. É preciso garantir essa reivindicação que foi apresentada aqui por todos aqueles usuários, por todas as instituições da participação da sociedade civil, e que o governo pode mostrar assim a sua disposição de diálogo, e não seguindo esse processo detratador, açodado, sem transparência e sem construção com a sociedade, com aqueles que fazem a política de assistência social do Município. Muito obrigada, Presidenta, e, mais uma vez, espero que a gente possa ter uma sensibilização para retirar esse regime de urgência e construir o melhor para a nossa política de assistente social de Porto Alegre.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver.^a Juliana; 6 minutos e 40 segundos. Diretor legislativo, por favor, a pessoa da sociedade civil que é a favor do projeto.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito, Presidente, a próxima inscrita é a Sra. Camila Monteiro Martins.

SRA. CAMILA MONTEIRO MARTINS: Olá, boa noite a todos. Estão me escutando? Tudo certo?

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Perfeito.

SRA. CAMILA MONTEIRO MARTINS: Então, boa noite, Presidente Comandante Nádia, boa noite a todos os presentes, eu falo aqui em nome do Fórum do Acolhimento Institucional de crianças e adolescentes, este fórum é composto por 11 organizações da sociedade civil que executam, então, na sua totalidade, todos os serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no Município de Porto Alegre. E estamos aí sempre de forma a nos qualificar, a buscar sempre o melhor atendimento para as nossas crianças e adolescentes do nosso Município em parceria com a FASC até o momento.

Então, a gente sabe ali que o secretário André Coronel esteve por um período dentro da FASC, acompanhou bastante todos os trâmites, todas as dificuldades que a gente também enfrenta no cotidiano e, certamente, ele tem aí uma base bem significativa para também defender essa proposta, esse PL que estamos então em discussão. E, sim, acho que ele traz muito bem ali a importância deste movimento, dessa articulação política também buscando, é claro, um maior alinhamento com as políticas públicas. A gente entende que nessa atuação direta que a gente faz *in loco* com crianças e adolescentes que necessitam de tantas articulações com políticas da educação, da saúde, saúde mental, principalmente, cultura, lazer, junto ali com a secretaria da juventude também, nós precisamos estar melhores articulados com essas secretarias. Então, sim, eu acho que a transversalidade ali entre essas políticas, a integração entre as políticas para o atendimento a essas crianças se faz urgente e necessária. Nós somos a favor a esse PL e precisamos estar atentos a essas mudanças de forma cuidadosa, sensível, sim, aos funcionários, a todos os envolvidos nesse processo. Essas mudanças são importantes, porém, de fato, necessitam ser bem planejadas, justamente para maximizar os benefícios e mitigar possíveis impactos negativos, que a gente sabe que é um debate sensível. É importante a gente considerar a história da FASC, todos os avanços, apesar de pontos de retrocessos, mas, sim, todos os avanços, toda a história que esses funcionários, esses envolvidos têm ali com a FASC. Então, ser sensíveis a quem está neste momento nessas mudanças, isso realmente, como o Gustavo bem trouxe, nos abala, nos faz discutir cada vez mais, mas pensarmos nessa questão da assistência social estar na mesa central de debate junto ao governo se faz muito importante neste momento. É isso, obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Camila, 4 minutos e 1 segundo. Passar a palavra, agora, ao Ver. Erick Dênil.

VEREADOR ERICK DÊNIL (PCdoB): Boa noite a todos. Boa noite aos vereadores e vereadoras. Cumprimento aqui também os assistentes sociais,

todos os trabalhadores da FASC, do SUAS – Sistema Único de Assistência Social – e todos que compõem esse debate, essa audiência pública.

Primeiro que faço um registro muito importante, como eu fiz pela manhã, volto a fazê-lo agora à noite, lamentando uma audiência pública cem por cento virtual. Eu sou completamente contrário a esse modelo, a esse formato. Nós acreditamos que, de forma híbrida, seria uma oportunidade para debater no auditório da Câmara de Vereadores, com o calor da população, ouvindo a população, ouvindo os anseios da população e também dando oportunidade para aqueles e para aquelas que não possam participar de forma presencial para acompanhar de forma *online*. Agora, cem por cento *online*, na minha opinião, é um absurdo, inclusive, evita que a gente possa fazer um debate mais franco, olho no olho, com os trabalhadores da cidade e com aqueles e aquelas a quem mais interessa o serviço público. É importante também registrar que a gente tem aqui menos de 300 pessoas no debate. A gente sabe que no auditório da Câmara tem um número parecido, mas se fosse híbrida, poderia ter muito mais, poderia ter um público presencial e também um público acompanhando de forma virtual. A fundação, a FASC, todo mundo sabe que tem um trabalho fundamental para a cidade de Porto Alegre, uma fundação fundada em 1994, e a gente sabe a importância da existência da FASC para que pudesse, de fato, exercer esse trabalho tão importante da ponta da assistência social. A gente sabe que o público que a FASC atende, através dos CRAS – Centro de Referência da Assistência Social –, através de todo o serviço de assistência, é um público muito vulnerável, que na sua grande maioria se encontra na periferia de Porto Alegre, nos bairros como Rubem Berta, nos bairros como Restinga, Santa Rosa de Lima, Lomba do Pinheiro. E a gente sabe que a grande parte dos vereadores que apoiam o PL do governo pela extinção da FASC, pelo fim da FASC, não moram nesses territórios, nem passam perto da realidade da grande maioria da população que depende desse serviço público. E quero dizer também que é muito importante a gente falar hoje a estrutura que a FASC tem. A FASC hoje tem uma receita, só no ano de 2025, de 16 milhões de investimentos, tem cerca de 353 trabalhadores ativos. Na cidade de Porto Alegre, nós temos, por exemplo,

22 CRAS espalhados pela cidade. Sabemos que tem que aumentar esse número e melhorar a assistência em Porto Alegre, e não é extinguindo e acabando com a FASC que o serviço de assistência vai melhorar. Inclusive, a gente, quando se trata de um debate sério, nós sabemos que não pode ser feito às pressas esse debate. Tem que ter um diálogo mais profundo com os demais trabalhadores da FASC, inclusive para aprofundar essas questões, porque tem muita coisa não explicada no projeto, por exemplo, qual é o orçamento da secretaria proposta pelo governo Melo, que está criando, vai ter? Qual é o orçamento real que vai ter? Esses 16 milhões orçados atualmente, no ano de 2025? Vai manter os funcionários servidores do Município? E os terceirizados? Faz o que com os terceirizados? Que hoje já trabalham nos CRAS, que hoje já ocupam posições de fazer aquele trabalho lá da ponta, por exemplo, como Cadastro Único, que para que tenha programas sociais ativos, tem que ter o CadÚnico – Cadastro Único – atualizado. E a gente sabe a dificuldade que nos últimos anos tem encontrado com a terceirização dos serviços de atendimento do CRAS, por exemplo. Porque, sem o Cadastro Único, não consegue fazer o acesso ao vale gás, inclusive ao Tri – Transporte Integrado – escolar, que a partir desse ano, para ter acesso ao Tri escolar para ir estudar tem que ter o Cadastro Único atualizado.

Portanto, gente, nós vamos seguir denunciando esse descaso, esse projeto que não tem transparência, esse projeto que não tem diálogo com a população de Porto Alegre, uma audiência *online* que não permite que boa parte dos trabalhadores que têm interesse nesse tema participem. E nós seguimos aqui contrários a esse PL do governo que simplesmente acaba com uma fundação importante e que certamente não escuta o SUAS, não escuta os trabalhadores de assistência. Então, vamos seguir firmes nos mobilizando contra o PL do governo Melo, porque no fundo quer desmontar o serviço de assistência social do Município e quer abandonar a população mais humilde e trabalhadora que hoje, infelizmente, não consegue ter acesso aos serviços mais básicos da população e, com o fim da FASC, será ainda pior. Portanto, não ao PL, não à extinção da FASC, e que a gente possa seguir mobilizando a sociedade contra

os retrocessos e contra o desmonte da assistência social do Município de Porto Alegre.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Erick, 5 minutos e 25 segundos. Diretor, por favor, a próxima inscrição contrária aos projetos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A próxima inscrição contrária e da Sra. Eliana Bortolon.

SRA. ELIANA SARDI BORTOLON: Boa noite. Eu queria saudar o Erick e, em nome dele os vereadores da oposição que está aqui nos representando. Sou Eliana, sou uma mulher branca, tenho o cabelo cacheado, agora está amarrado, está muito calor aqui. Estou vestindo uma blusa com estampa de flores, assim, de uma vegetação. Eu sou psicóloga e estou falando aqui em nome da psicologia das trabalhadoras do SUAS e do Conselho Regional de Psicologia.

Eu queria começar dizendo que o CRP – Conselho Regional de Psicologia – não foi consultado e não consegui identificar aqui nas falas nenhuma entidade, nenhuma trabalhadora, nenhuma usuária do SUAS que tenha sido buscada para ter esse diálogo com a Prefeitura. Acho que isso é... a gente precisa entender melhor. Estamos aqui todas mobilizadas por conta desse debate que nos diz respeito. Defender o SUAS, enquanto Frente Gaúcha em Defesa do SUAS que o CRP compõe junto com as demais entidades e que nós estamos buscando, ao longo desses últimos dias, essa unidade que eu queria saudar. Acho que ela foi e está sendo imprescindível para que a gente possa seguir aqui essa mobilização, estar aí com o Simpa – Sindicato dos Municipários de Porto Alegre – lotado, com toda essa articulação e com esse diálogo com os vereadores e as vereadoras.

Queria dizer que nós, da psicologia, temos um compromisso, enquanto Conselho, com esse nosso trabalho ético e político das psicólogas. Nós temos uma responsabilidade enquanto trabalhadoras do Sistema Único de Assistência

Social que está atravessado por uma compreensão também política da realidade em que a gente vive. O Brasil, e Porto Alegre não está longe disso, é um território muito desigual e essa desigualdade atravessa e coloca, deixa aí a população exposta a muitas mazelas. Essas mazelas precisam ser enfrentadas com políticas públicas que defendam os direitos humanos. O SUAS é a principal delas, o SUAS é a política pública que está, desde as suas primeiras normativas, desde a sua lei orgânica, garantindo ali o trabalho e o enfrentamento às desigualdades sociais. Sem o SUAS articulado e forte, nós nunca vamos enfrentar as desigualdades existentes no Brasil.

Quando a gente está aqui falando, aqui marcando o quanto essa audiência de forma virtual não garante a participação popular, ela não garante que os nossos usuários, que as nossas usuárias estejam presentes, nós estamos falando do SUAS, nós estamos falando das nossas normativas. Aliás, o direito à informação é uma das nossas principais brigas, o direito à informação é que está preconizado em todas as nossas normativas não está sendo garantido aqui e não está sendo cumprido.

Eu fico muito preocupada, desde a primeira fala, quando a Prefeitura apresenta os seus objetivos com esse projeto, e acho que as vereadoras da oposição puderam sinalizar isso, o quanto nós não estamos aqui... O governo não consegue nos mostrar a sua preocupação com a melhoria da qualidade de vida do povo de Porto Alegre, quando não consegue nos dizer que está propondo as suas mudanças para garantir mais acesso, para garantir mais acesso e mais qualidade dos serviços. Essa proposta que está sendo apresentada aqui é uma proposta que não discutiu, então, eu queria fazer eco aos pedidos que têm sido feitos para que esse projeto seja discutido. Ninguém aqui é contra a criação de uma secretaria, nós não podemos simplificar a luta de muitos anos que nós temos aí nessa simples questão; nós queremos é ampliar a discussão e a participação, dizendo que nós, trabalhadoras do SUAS, nós, trabalhadoras das políticas públicas, temos muito a contribuir e queremos estar junto. Junto conosco precisam estar aquelas pessoas mais vulneráveis que, muitas vezes, não conseguem nem compreender o que nós estamos querendo dizer com todas

essas nomenclaturas e todas essas normativas que nós estamos apresentando aqui. Então poder colocar isso em circulação, poder colocar isso em discussão vai requerer tempo, disponibilidade e principalmente um apreço pelo processo democrático. Então aqui queria reiterar que nós, enquanto Conselho de Psicologia, enquanto Frente Gaúcha em Defesa do SUAS, queremos que esse projeto não seja discutido em regime de urgência e que a gente possa retomar criando um GT, um grupo de trabalho que possa contemplar trabalhadoras, usuárias, Poder Legislativo e Poder Executivo, para que a gente possa acessar e fazer da forma mais ampla possível. Muito obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Obrigada, Sra. Eliana, 5 minutos e 41 segundos. O Ver. Coronel Ustra está com a palavra.

VEREADOR CORONEL USTRA (PL): Boa noite, Sra. Presidente, aos porto-alegrenses que participam desta audiência pública conosco, representantes do Executivo, colegas vereadores, servidores da Câmara aqui presentes, assistência da TVCâmara. Sobre o PLCE nº 001/25, que trata da extinção da FASC, gostaria de fazer breves considerações. Um, a FASC se detém às questões de assistência social, realizando trabalho essencial que precisa ser fortalecido continuamente, sempre de acordo com o melhor para Porto Alegre. Dois, eu sempre primo pelo respeito à legislação, o que vejo aqui são questões legais sendo invocadas para a correta alocação de toda a estrutura de assistência social para uma gestão mais ágil e eficaz para o porto-alegrense, respeitando a Lei Orgânica do Município acerca de competências e organização. Três, a adequação também se mostra relevante para a obtenção de recursos para assistência social, inclusive a que atrai mais recursos na linha dos problemas do governo federal. Quatro, não podemos melhorar e atender todas as dores do porto-alegrense, se não houver alterações nas estruturas públicas. As demandas mudam conforme o tempo passa, e a gestão também deve mudar. Porto Alegre escolheu o prefeito Melo com grande maioria, agora precisamos deixá-lo trabalhar realizando os ajustes necessários para economia e agilidade

no atendimento às demandas; do contrário, estamos contribuindo para a manutenção dos problemas. Cinco, quanto à análise objetiva do texto proposto, não posso deixar de resguardar que me parece claro que estão assegurados os direitos dos servidores da FASC, quando, no art. 6º do projeto, em explícito a extinção da FASC não implicará em prejuízo aos direitos, em vantagens devidos aos seus servidores e empregados. Meia dúzia, a meu ver, fica também explícito que existe pretensão de manutenção do serviço tão relevante à sociedade, diante da inclusão realizada pelo Executivo na última semana que versa, art. 2º §2º: “A Secretaria Municipal de Assistência Social manterá as parcerias previstas na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, firmadas pela FASC, considerando interesse social dos serviços prestados, respeitando os prazos já estabelecidos”. Finalizando a minha fala, me faço presente para ouvi-los, realizar considerações e ponderações, desejando a todos que o ambiente aqui oportunizado seja proveitoso. Deixo claro que, diante de todas as análises que realizei sobre o projeto, os pareceres e informações apresentados até então, sou favorável à aprovação deste projeto. Muito obrigado, boa noite a todos. Selva!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, coronel Ustra, nosso vereador, 3 minutos e 45 segundos. Diretor legislativo, mais alguma pessoa contrária ao projeto, por gentileza?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Nas primeiras cinco vagas, temos a quinta vaga de Juramar Vargas, depois temos dois suplentes.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): O Sr. Juramar Vargas está com a palavra.

SR. JURAMAR VARGAS: Boa noite, nós, usuários, estamos completamente contrários a essa proposta que está sendo apresentada nesta audiência, e a gente se sente muito contrariado, até pela questão de um primeiro pedido. A

gente fez um pedido para esta Câmara, para a Ver.^a Nádia, como presidente da Câmara, e ela indeferiu o pedido de audiência, e nesse requerimento ela trouxe vários argumentos em relação ao usuário. A Ver.^a Nádia desconhece a questão do usuário e ela comprova que está por fora da política da assistência social. E aí quando tu vais lá para a apresentação, no início da audiência, do Coronel, este último, ele faz uma apresentação, inclusive tem um momento de gaguejo. Gaguejo é contradição, ele se contradiz naquilo que ele se propõe, porque o que não está sendo dito é o que não vai ser cumprido, e quando ele passa a palavra para o secretário Matheus, o atual presidente da FASC agora, ele também gagueja. Ele gagueja na apresentação porque o que ele apresenta, ele já apresentou para nós, e ele não apresenta o mais importante, que é a questão da política. É um desrespeito com os usuários. E não é um desrespeito de hoje, é um desrespeito que é subsequente há um tempo já. E como é que vai se resolver isso? Como é que vai se dar sequência disso? Infelizmente a gente não consegue se enxergar dentro dessa proposta, a gente entende que ela tem que ser mais discutida, tem que tirar essa urgência desse projeto para a gente sentar e conversar, porque dessa forma, onde há um rechaço aos usuários, quando eles não são citados. A parte do governo, nenhuma vez, inclusive do Coronel aí, o Coronel que é tão autoritário, que está escondido nebuloso por dentro dele, do que realmente querem fazer, que é uma política que vem desmontando a questão da assistência social. E ela já ela já demonstrou isso agora nos eventos de maio, do quanto o governo foi incapaz, ele foi incapaz de trabalhar, se não fosse todo o voluntariado que se deu da sociedade civil para acolher todas as pessoas que estavam precisando de acolhimento, de ajuda. Foi a sociedade civil que acolheu, não foi o governo, porque o governo já demonstrava a impotência que já vem de tempo. E aí como é que a gente vai se sentir contemplado nessa questão da assistência social? O governo diz um monte de coisa e não diz nada, ele não diz nada, e aí a gente fica esperando que essa mudança realmente aconteça, mas com uma nova discussão, tirando a urgência do projeto e que nós sentamos para discutir isso, sabe? Para que tanta urgência? Se tem tanta urgência assim, é sinal de que realmente as coisas estão bem nebulosas por

trás, e aí a gente vê os que estão aí sentados e que a coisa não é bem assim, não vai funcionar desse jeito que o governo está propondo.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sr. Juramar, 4 minutos e 30 segundos. O Ver. Alexandre Bublitz está com a palavra.

VEREADOR ALEXANDRE BUBLITZ (PT): Boa noite. Primeiro, gostaria de dar parabéns pela fala do Juramar. É importante a gente poder ver a população participando de uma audiência dessas. A gente sabe o quão difícil é ter acesso para poder conversar e estar agora dialogando num espaço como esse. Eu queria saudar aquelas pessoas que estão ao lado da população nessa luta. Eu sou um trabalhador da saúde, vi muitas vezes pessoas em situação de vulnerabilidade extrema e sei do importante papel da assistência social nesse processo, que é o processo de cuidado. Qual é o principal papel do Estado, se não cuidar das pessoas? Isso é algo fundamental. Como é que pode um governo, uma prefeitura, extinguir um órgão que é o principal responsável pelo cuidado da população na nossa cidade? Porque o que faz a FASC? A gente precisa explicar isso para a população. Boa parte da população não sabe, nem sequer conhece a sigla. A gente precisa falar com a população para que ela entenda o que é a FASC, o que ela faz. E o que ela faz senão proteger crianças, crianças, às vezes, vítimas de abuso, crianças vítimas de negligência? O que faz a FASC, senão garantir educação, garantir acesso a programas do governo, como o Bolsa Família, programas que podem ajudar as pessoas a ter uma vida de melhor qualidade? Isso é necessário a gente repetir para a população. O que faz a FASC, senão garantir um teto, um teto para aquelas pessoas que não têm nada? A gente precisa lutar pela FASC, a gente precisa lutar pela assistência social, mas não é isso que essa gestão vem fazendo. E não é isso que vem acontecendo nos últimos anos em Porto Alegre. A gente tem isso lá desde o governo Marchezan, ou até antes. São diversos os casos em que a gente tem servidores demonstrando e falando para a população o quanto está sendo destruída a FASC, o quanto a gente está tendo um sucateamento. A gente sabe

que isso é um processo programado, é um desmonte programado que a gente tem de um serviço que é tão essencial para a população, que é tão importante para a população. A gente sabe que esse desmonte de longa data vai gerar, obviamente, consequências para a sociedade. A gente estava falando agora, a Pousada Garoa é um exemplo clássico disso. A gente deixa de cuidar, a gente deixa de investir, a gente acaba reduzindo os gastos e a gente vai ter consequências. As consequências são essas que a gente está vendo aí, a morte de pessoas por conta do descaso e do desmonte programado do Estado. A gente precisa começar a debater isso com a população, mas a gente precisa fazer mais, a gente precisa demonstrar que a política do governo Melo é uma política de higienização social, é uma política que quer justamente excluir as pessoas de vulnerabilidade da visão da população, quer deixar essas pessoas excluídas, longe. É o tipo de higienização que a gente vê no Centro, que a gente vê na região da Farrapos, em que a gente vê as pessoas em situação de rua sendo simplesmente retiradas e jogadas para a periferia da cidade. Melo não quer cuidar da população, Melo quer esconder os problemas, Melo quer colocar os problemas de lado, dane-se a população, e a gente não pode permitir que isso aconteça. A gente precisa denunciar que isso é um governo, uma política, uma necropolítica, uma política de morte, uma política que não quer cuidar e ajudar as pessoas, mas, sim, que quer destruir, destruir em nome do lucro, destruir em nome de algo que vai render ganhos para esse governo e para quem financia ele, enquanto a população fica desassistida. Mas enquanto eles são uma política da morte, da necropolítica, nós seremos a política da vida, nós seremos aqueles que vão lutar pelo bem da população, nós seremos aqueles que vão seguir resistindo a esse desmonte que a gente vê no Estado. Para isso eu quero convidar a todas e todos que estão aqui, primeiro, que nós seguiremos em luta, que nós seguiremos organizados, porque é necessário estar organizado contra esse desmonte do Estado. E mais: eu quero agradecer àquelas pessoas que vêm dedicando a vida, vêm dedicando uma história de vida inteira a fazer a defesa da população que mais precisa. Vocês são verdadeiras inspirações. É

muito triste ver isso acontecendo hoje na FASC. Saibam que nós vamos estar juntos, nós temos ainda muita luta pela frente. Muito obrigado pela luta de vocês.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Alexandre, 4 minutos e trinta e cinco. Diretor, eu quero informar que sobraram três vagas que nós não completamos a respeito de pessoas da sociedade que gostariam de se manifestar a favor. Então, estaremos abrindo, porque nós temos pessoas que ficaram de suplentes sobre a não aprovação desses projetos, e nós passaremos, então, para as pessoas falarem também, propiciando que todos possam discutir a matéria. Diretor, por favor, vamos chamar outra pessoa da sociedade civil.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Perfeito. Chamaremos, então, o Sr. Renato Farias dos Santos.

SR. RENATO FARIAS DOS SANTOS: Em primeiro lugar, eu represento a Pastoral do Povo da Rua, o Projeto de Pesquisa e Extensão Passa e Repassa, e sou membro do CIAMP-Rua. Eu queria dizer que a discussão, na realidade, de continuar uma fundação ou de ser secretaria, ela inicia, na realidade, na criação da FASC. Por motivos de facilidade de captação de recursos, independente de endividamento do Município e outras questões, foi optado, naquela época, por uma fundação. Então, não é exatamente o ser contra ou ser a favor o motivo da minha discussão, mas, sim, da forma como isso é feito. Tem uma série de questões no projeto que tem que ser pensada. Por exemplo, a questão dos servidores. Existe toda uma série de saberes, de conhecimento, de experiência nos servidores da FASC. Dizer que, simplesmente, eles podem ser relotados dentro do Município sem que haja, prioritariamente, a recolocação deles dentro de uma nova secretaria, isso eu acho que é um desperdício, um desperdício de saberes, de todo esse potencial. A questão dos imóveis da FASC. Quando se fala dos móveis, diz que eles serão colocados à disposição do órgão que sucede a FASC. Quando se fala dos imóveis, eles estarão à disposição do Município. Em nenhum momento se coloca que, prioritariamente, eles serão usados pela

Secretaria de Assistência Social. A questão do controle social. Isso, para mim, é um ponto essencial. Quando fala ali de contratos e convênios, acho que é o art. 7º, diz que poderá ser contratada uma outra entidade para fazer esse controle. Desculpa, a responsabilidade do controle é da administração pública, e não de terceirizar isso para uma outra entidade. Existe um problema muito sério, na realidade, nessa administração, que a gente apontou na pastoral, quando tinha o plano Ação Rua para a população em situação de rua: a falta de diálogo. Então, tu propor a extinção da FASC e tu não apresentar que proposta de secretaria, detalhadamente, a Prefeitura está fazendo, isso causa um impacto muito grande. Isso me leva, e leva grande parte das pessoas, a ser contra. O construir junto essa proposta, construir... Gostei da fala, no início desta audiência, quando dizia que será respeitado o SUAS, mas isso não está em lugar nenhum. Existe a NOB-RH, que trabalha a questão dos funcionários, dos recursos humanos, e quem estará em cada espaço. Hoje, a direção técnica tem que ser um assistente social, funcionário. Como é que será isso na secretaria? Me preocupa quando esse projeto está ao lado de um outro projeto que permite, por exemplo, que as FGs possam ser dadas para pessoas de fora. Essas coisas têm que ser explícitas, porque isso nos causa realmente um problema. Está-se assinando um cheque em branco no momento que se pensa a extinção da FASC e não se coloca claramente o que será a Secretaria de Assistência Social.

Também da Secretaria de Desenvolvimento Social: parte dela, pelo que eu entendi, é absorvida pela FASC. Que parte? Quais as funções? Como será? Então, discutir a extinção da FASC e não discutir a nova secretaria e discutir que essa secretaria terá controle social, que ela terá a mesma relação com o Conselho Municipal de Assistência Social, com a questão do fundo, com todos esses detalhes, isso é muito preocupante. Não tem uma razão que leve a essa pressa que está se tendo para extinguir a FASC, quando não se tem ainda nem proposta para a nova secretaria, ou, se tem, ela não está sendo dita.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sr. Renato. Quatro minutos e quarenta e oito. Passo a palavra ao Ver. Giovani Culau e Coletivo.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Boa noite, presidente; boa noite a todos e todas, sou o Ver. Giovani Culau. (Procede à autodescrição.) Em especial, quero registrar meus cumprimentos ao Simpa, ao Conselho de Representantes da FASC. É importante valorizar, fiz isso pela manhã e faço novamente agora à noite, o papel do Simpa, para que fosse assegurada, apesar de todos os limites, esta audiência pública, para que venha à tona todos os debates que aqui estamos fazendo, porque não pode passar batido que a intenção inicial era que esse projeto já tivesse sido, inclusive, votado na cidade, sem qualquer oportunidade do debate com a população. Cumprimento a Frente Gaúcha em Defesa dos SUAS, que tem nos orientado e instrumentalizado no debate; cumprimento as mais de 300 pessoas que participaram desta audiência, mas, de modo especial, aqueles e aquelas que seguem presencialmente no Simpa. Eu estava aí e tive que me deslocar, fruto de outro compromisso, mas a presencialidade de vocês é a demonstração da disposição de luta e do compromisso de vida que se tem com a política de assistência. Eu gostaria de começar a minha manifestação, presidente, compartilhando que nós estamos falando aqui de dois projetos, e, quando nós falamos da reorganização administrativa da Prefeitura, por si só, nós já nos deparamos com um projeto extenso e complexo. Eu gostaria, por exemplo, de poder falar sobre a localização da Secretaria de Juventude, sobre as minhas preocupações sobre o tema da política de regularização fundiária, mas é imprescindível que a gente concentre a nossa fala e o nosso debate, sim, sobre a proposta de extinção da FASC e sobre a política de assistência do Município. Quero aqui registrar que não considero adequado que essa proposição tenha se vinculado nesse debate mais geral da reorganização administrativa, porque a criação e o desenvolvimento da FASC faz parte da história dessa cidade. Uma história construída com a passagem do tempo, ou seja, não se trata de um tema de uma secretaria ou departamento que tenha se criado em um só governo e que agora um novo governo de ocasião chegue e possa extinguir. Esse debate merece, da nossa parte, tempo, dedicação, para que nós possamos fazer a discussão na sua

integralidade. Evidentemente que, quando falo da política de assistência, eu gostaria de poder estar debatendo aqui a necessidade de nomeação de servidores e servidoras, a ocupação integral do quadro de servidores e servidoras, gostaria de estar podendo discutir as consequências da terceirização ou a negligência que nós vimos nos últimos anos ao CMAS. Eu gostaria de poder estar refletindo mais e melhor sobre o tema do financiamento da política de assistência e o que levou a nossa cidade, ao longo dos últimos anos, a ver crescer o número de pessoas em situação de rua, mas nós nos reunimos hoje aqui, coletivamente e majoritariamente, com medo de retrocessos. E vamos registrar que, hoje à noite, mais uma vez, percebemos a dificuldade de ter, na audiência pública, população disposta a defender o projeto do governo. Defender o projeto do governo! Isso se relaciona com o medo que nós temos dos retrocessos. E que retrocessos são esses que nós temos medo? Aquilo que nitidamente está colocado aqui. Como pode ser apresentada a extinção da FASC, que é resultado da história da cidade, e se apresente uma proposta de secretaria que não cita o SUAS? Como pode? Como pode uma proposta que não cita o Fundo Municipal de Assistência e que não faz referência ao Conselho Municipal de Assistência? Nós não queremos que isso seja tratado apenas por decreto, porque decreto qualquer governante de ocasião pode revogar. Nós queremos isso assegurado em lei. Porque aqui não há uma contrariedade da criação da secretaria em si, o problema é uma secretaria da forma como está colocada. Então, volto a insistir que não citam o SUAS, não citam o fundo, não citam o conselho. Nós não acordamos com a ideia de que o patrimônio da FASC não esteja assegurado com a política de assistência no próximo período. O que é patrimônio da FASC hoje é patrimônio da política de assistência construída ao longo dos anos e por isso precisa seguir na política de assistência. Assim como os servidores precisam ser mantidos, vinculados à política de assistência do Município. Quanto ao tema da transição, precisamos de comissão de transição, porque insistimos na defesa de participação e controle social para construir o futuro.

E, para concluir, Presidente, eu preciso dizer que o resultado de uma eleição não é maior do que a história da cidade. Eu reconheço a legitimidade do governo Melo, é a mesma legitimidade que eu tenho enquanto oposição, mas o meu mandato de vereador ou o mandato do prefeito Melo não é maior do que a história da cidade. E por isso a história da cidade e a política de assistência construída ao longo do tempo por diferentes partidos e acima de tudo com forte participação social não pode ser liquidada às pressas, em poucos dias de um governo que recém começou, sem que todos esses temas que foram levantados aqui sejam levados em consideração. Eu não tenho medo de perder uma votação, o que me preocupa é o futuro da cidade e é por isso que eu estou aqui nessa audiência. A liquidação da nossa história ou o desrespeito à nossa história têm nos levado a tragédias anunciadas, como foi o caso da tragédia anunciada da Pousada Garoa. E é por isso que eu digo, Presidente, fazendo um apelo – nós amanhã temos reuniões conjuntas das comissões, quinta-feira temos sessão – que nós precisamos de uma mesa conjunta de negociação, com vereadores, com o governo, com a sociedade civil que está presente aqui na audiência, para que nós possamos transformar tudo que está sendo debatido aqui em mudanças na proposição. O governo, Presidente, falou que enviará mais uma Mensagem Retificativa e o meu pedido é que essa Mensagem Retificativa contenha as reivindicações que foram apresentadas aqui. É possível. Obrigado.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Ver. Giovani, que falou por 6 minutos e 53 segundos.

A Sra. Claudia Maria da Cruz, da sociedade civil, que é contrária aos projetos, está com a palavra.

SRA. CLAUDIA MARIA DA CRUZ: Primeiramente, quero me apresentar. Sou Claudia, sou ex-conselheira do CMAS, uma liderança comunitária da região da Restinga. Eu quero aqui cumprimentar a todas e todos, boa noite, Presidenta, dizer que represento a Restinga e quero mais ou menos tentar representar os usuários que não puderam estar aqui presentes antes da audiência; no início

dela eu estava até orientando algumas pessoas para tentar entrar. Eu ouvi aqui uns comentários no *chat* de que seria fácil. Não, não é fácil, principalmente para aquele usuário mais simples, mais humilde, que não tem uma Internet boa, muito menos um aparelho. E mesmo para quem usou essa ferramenta algumas vezes, torna difícil. Eu quero salientar o seguinte: eu botei que sou contra porque essa foi a orientação dada no início, mas não é que eu seja contra; eu quero que o governo, a Câmara sente e discuta com a sociedade civil, principalmente os usuários, as representações, seja do governo, dos vereadores, a pauta, ponto a ponto, para que fique muito claro para todos nós que dependemos da assistência. Muitos aqui já falaram, eu achei ótima a fala da vereadora que falou a respeito do que não está ali apontado, qual seja, como vai ser o atendimento do SUAS e como vai ser a questão do RH. É necessária essa política de que se tenha vínculo. Tu não podes simplesmente escutar um problema de uma família que se encontra em vulnerabilidade social hoje, e amanhã ser outra pessoa a atendê-la. Isso constrói uma questão de segurança daquela família. E a política da assistência social, como muitos gostam de dizer, não é só repassar recursos como o Bolsa Família, sabe? É a questão do atendimento, do acolhimento. Aqui na minha comunidade, a 5ª unidade – e a vereadora conhece aqui a nossa comunidade, muitos já participaram aqui de eventos, inclusive para falar da segurança pública e das mulheres vítimas de violência, portanto, sabem qual é a precarização aqui das famílias humildes de verdade –, nós temos um CRAS que é provisório da vida toda – são 24 anos de comunidade –, então, imagina agora falar que vai ser feito um enxugamento. A FASC não é uma empresa, ela não tem que dar lucro, ela tem que ter qualidade de atendimento e prestação de serviço, bem como garantir os direitos daqueles que são os trabalhadores. Eu acredito que o funcionalismo público, quando se torna essencial, é porque ele é técnico, ele sabe o que está fazendo, ele sabe qual o trabalho que ele vai fazer. Então, eu quero salientar de novo: tirem a urgência! Por que urgência, em pleno início de ano? Muitas pessoas estão de férias, principalmente os vereadores, acredito eu, muita gente de férias, então, vamos conversar – ninguém quer impedir o prefeito eleito legitimamente pelo voto direto, pelo contrário, queremos

é que ele trabalhe, eu acho que ele teve quatro anos em que ele teve direito de trabalhar, acho que ninguém o impediu, não vai ser agora –, ou seja, dar um tempo mais para se discutir todas as pautas que aqui foram apontadas. Porque eu quero dizer o seguinte: é o usuário que vai ser o mais atingido. E outra: se um governo quer crescer economicamente, para mim existe um tripé em que ele tem que dar qualidade de serviço, qual seja, a saúde, a educação e a política de assistência social. Hoje, se houver emergência na votação desse projeto, lá na frente vai dar problema. Podem ter certeza disso. Porque a questão da política de assistência social, o atendimento aos usuários, é uma questão também de segurança. Quando se fecha uma escola, se abre um presídio; quando tu deixas de atender aquele que necessita da política de assistência social, mais moradores de rua vão surgir, mais pessoas vão, de repente, ingressar para outros... Porque, durante a pandemia, o que aconteceu? Muitas crianças abusadas, muitas mulheres espancadas, e o serviço que não fechou as portas foi justamente o dos CRAS. E como é que fica o (Ininteligível) sobre isso tudo? Então, só para dizer: a porta da assistência social é a única que não se fecha, sendo que as outras, principalmente quando se fala tanto em transversalidade, se fecham. Mais uma vez, Ver.^a Nádia: tirem a urgência, sentem e discutam com a gente. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, Sra. Claudia Maria, que falou por 5 minutos e 35 segundos

A Ver.^a Karen Santos está com a palavra.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa noite, colegas vereadores, boa noite, trabalhadores e usuários do SUAS, primeiramente, eu quero me descrever: eu sou uma mulher negra, com tranças, estou de coque. Quero iniciar saudando, na minha fala, a mobilização dos trabalhadores e usuários, fazia muito tempo que eu não via a Câmara de Vereadores tão repleta de população, e população consciente, porque trabalha e vive na pele a desassistência, então, saudar esse movimento e dizer que é muito importante que ele tenha uma

continuidade, independente do resultado dessa votação. É um dos alicerces da política deste governo a despolitização, o emburrecimento do nosso povo, por isso esses espaços tão antidemocráticos e os debates serem feitos de forma tão acelerada. É uma precarização, inclusive, do nosso trabalho, enquanto vereadores, porque eles não querem que a gente pense, eles querem que a gente vote, então, boa parte dos vereadores trabalha por pura relação de confiança e relação de compromissos escusos em relação ao que significa, em âmbito financeiro, ser base de um governo. Boa parte deles desconhece aquilo que está votando e isso precisa ser denunciado.

Em relação à audiência pública em questão, ela foi uma conquista por parte dos trabalhadores, em especial do Simpa, da organização sindical e, nesse sentido, eu entendo que deveria ser, no mínimo, feito o mecanismo dessa audiência, primeiramente, os proponentes, depois os usuários e, por último, o Executivo, para que se conseguisse dar algumas respostas às questões que estão sendo colocadas. Uma audiência pública não pode ser protocolar, eu falei isso no período da manhã. Eu sei que faz parte dessa política de emburrecimento da população, fazer tudo “sim” ou contra, protocolar, amanhã a gente vota em comissões, quinta-feira tem a votação do projeto, e aí é importante a gente também colocar isto em pauta: usar desse espaço enquanto espaço necessário para termos sínteses e para termos respostas em relação a tudo isso que vem sendo colocado pelo governo e usar também desse espaço para levantar duas demandas que foram trazidas ao nosso mandato. Logo que entrou em regime de urgência esse projeto, muitas questões foram levantadas, e uma delas, em âmbito de denúncia, é a precarização do CRAS na Zona Norte, lá do Sarandi, que foi um CRAS que foi interditado, visto a inundação, e, desde então, vem trabalhando em espaços cedidos, espaços na rua. A FASC disponibilizou um notebook e dois celulares para uma equipe de seis pessoas, então, eles os trabalhadores estão tendo que utilizar os seus próprios celulares para fazer o atendimento, eles não têm uma geladeira, eles não têm um micro-ondas para aquecer suas comidas, ou seja, é esse nível de precarização que a gente vem debatendo. Então, vem me falar de modernidade, vem me falar de

desburocratização? Eu tenho certeza que os vereadores que usam desse discurso para se promover desconhecem a realidade dos locais de trabalhos que eles deveriam conhecer enquanto vereadores dessa cidade; minimamente, deveriam fiscalizar, minimamente, deviam fazer uma rodada nesses locais de trabalhos, antes de pensar em modificar a política do SUAS e da forma como ela é implementada na nossa cidade. Se o patrimônio da FASC cair na SMAP, que é a Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, podem ter certeza que ele vai ser vendido. Se vocês entrarem hoje no *site* da SMAP, parece um *site* de um setor imobiliário. Vários imóveis da cidade, a gente, na época da enchente, fez uma briga importante em relação aos imóveis vazios do Município, para que eles fossem colocados à disposição de moradia, de espaços de acolhimento. Essa lista precisa ser atualizada. Nós, inclusive, conseguimos incluir em emenda por lei essa obrigatoriedade desses espaços, mas aí vai de uma opção do governo de plantão respeitar ou não as leis. E essa é uma lei que vem sendo desrespeitada, porque patrimônios bem localizados, terrenos bem localizados, sendo vendidos a preço de banana para a especulação imobiliária, para todos esses setores da construção civil que financiaram a campanha do governo Mello – basta a gente puxar lá a lista dos financiadores de campanha e a gente vai ver grandes nomes da nossa cidade que agora cobram a conta. Então, a importância de a gente estar atento a esses imóveis. Ao mesmo tempo que estão vendendo os imóveis da cidade, a gente não tem sede para o Partenon, para o Conselho Tutelar do Partenon, a gente não tem sede para o Conselho Tutelar da região Centro-Sul, a gente não tem sede para o CRAS Norte. Então, a isso a gente tem que estar atento.

E outra questão também que eu preciso colocar, que é uma demanda dos trabalhadores do Ação Rua, hoje são 11 equipes que dão conta do acolhimento, da abordagem de crianças, adultos e velhos de toda a nossa cidade, e que eles estão sem saber se a FASC vai fazer a manutenção desses contratos. Então, além de ser uma sobrecarga de trabalho, porque 11 equipes para toda a cidade é um desrespeito, ao mesmo tempo são trabalhadores que estão ali no dia a dia sem saber em que momento os contratos deles vão ser rescindidos. Então é

outra questão a que a gente tem que estar atento nessa transição da extinção da fundação para a secretaria.

No mais, eu acredito que é isso, camaradas, é seguir na luta, mobilizando, contribuindo com a consciência política do nosso povo em relação às suas tragédias. O que aconteceu na pousada Garoa vai se repetir, infelizmente, mas o pior do que se repetir é um povo que não tem memória em relação aos responsáveis pelas suas tragédias. E nesse governo, como a gente bem sabe, os piores são promovidos. Secretária, na época, Ver.^a Comandante Nádia, que foi secretária das Políticas de Assistência Social do nosso Município, foi aquela que se manifestou questionando os moradores, as pessoas em situação de rua, por estarem com seus pertences e que isso atrapalharia as famílias que queriam passear com seus *pets*. Então, os piores são promovidos, não é à toa ela estar de Presidenta da Câmara nesse momento. Obrigada.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Ver.^a Karen Santos, 5 minutos e 54. Cumpridas aqui todas as nossas pautas, eu vou retomar agora para o governo e também para o Simpa e para a Frente Gaúcha. Como o governo iniciou, agora encerra a nossa audiência, em primeiro lugar, o Simpa, com 5 minutos, e a Frente Gaúcha, depois, também com 5, e o governo fica com 10.

A Sra. Sibeli da Silva Diefenthaler, representando o Cores-FASC, está com a palavra, pelo Simpa.

SRA. SIBELI DA SILVA DIEFENTHAELER: Boa noite, meu nome é Sibeli, sou trabalhadora da FASC, assistente social, sou uma mulher branca, cabelo loiro, uso óculos, tenho algumas tatuagens e profundas olheiras, porque estou cansada de discutir com quem não conhece a política de assistência social. Em primeiro lugar, eu quero saudar as bravas e bravos colegas que estão, depois de uma jornada exaustiva, aqui nessa audiência pública, que foi marcada num horário que não condiz tanto com a jornada dos trabalhadores e trabalhadoras, quanto com as pessoas da assistência social que atendemos, que têm, sim,

dificuldade de locomoção para ir e vir nesta cidade, que nunca foi construída e pensada para quem mais precisa.

Dito isso, quero reforçar o que as demais pessoas aqui já disseram, que é uma vergonha esse projeto aqui apresentado, que não diz nada. Preciso dizer para a vereadora que disse que não é extinção, que só pode ser uma extinção quando não se apresenta nada à frente. Não tem um projeto nítido sobre o que é essa secretaria. Como já conversamos com o governo, há muita dificuldade, não é possível aceitar que Porto Alegre, uma cidade histórica nacionalmente na construção da política de assistência social, não escute quem de fato constrói a política de assistência social, que são as trabalhadoras e os trabalhadores dos SUAS, servidores, celetistas e parceirizados. Nós temos o conhecimento dessa política, não quem gestou a FASC apenas por seis meses, não quem estava gestando uma praça pública até pouco tempo atrás. Quem conhece a política de assistência social somos nós e as pessoas que a usam. Então é uma vergonha isso que está acontecendo na cidade, e aí eu fico pensando, essa preocupação tão grande do governo com a política de assistência social no dia 2 de janeiro, por que não está preocupado em dizer quem são os representantes do governo para o Conselho Municipal de Assistência Social, que tem cinco projetos parados até o momento e não foram votados porque o governo não apresenta seus representantes? Nós fechamos o caixa com R\$ 13 milhões na FASC, será que é esse o interesse do governo, mexer nesse dinheiro? E se esse dinheiro está parado é porque o governo não aprovou os projetos que os trabalhadores apresentaram. Se o governo está tão preocupado com a população em situação de rua, por que não aprova os três, quatro projetos que nós temos sobre a criação de centros POPs na cidade? O dinheiro está parado, nós tecnicamente temos projetos, mas o governo não quer. O que o governo quer? Cadê as casas de passagem que nós já falamos que é preciso para as mulheres e para as famílias; os albergues estão com demanda reprimida; a região centro teve apenas 50 benefícios ao longo do ano todo para discutir as situações de maiores violências na região central de Porto Alegre, tendo R\$ 13 milhões no caixa. É essa a preocupação do governo? Se o governo quer modernizar, vamos

começar a pensar em melhorias de estruturas da FASC, da assistência social, em vez de fazer o que fez ano passado, entregando um prédio da FASC para a saúde e colocando as crianças do serviço de convivência em contêineres na Lomba. Vamos falar do Partenon, que tem registrado 18 mil pessoas no cadastro único e somente um CRAS e dois SAFs – era para ter três CRAS no Partenon. Essa é a grande preocupação da política de assistência social desse governo? Nós temos cadastrados hoje mais de 111 mil pessoas na linha da pobreza e nós só temos 23 CRAS e 9 CREAS na cidade, é essa a preocupação do governo? Realmente, realmente a gente precisa modernizar, contratar trabalhadores, chamar do concurso, porque, se os POPs não saíram até agora, é porque o governo não chamou do concurso e não quer, quer fechar um concurso em que as pessoas se colocaram à disposição para a FASC e não querem contratar essas pessoas. Dito isso, não vou me estender mais, eu acho que eu já trouxe poucos dados, nós temos 5 mil pessoas em situação de rua, e a preocupação do governo é essa? Retirar com a Guarda? Nós temos conhecimento técnico, e o governo não quer nos ouvir, não tem organograma. Por que tem R\$ 13 milhões no caixa e esse dinheiro não está sendo executado para a política que dizem estar preocupados? Nós seguiremos na luta, porque a gente sabe que a política de assistência social é pública, de direito e nós, trabalhadores, junto com as pessoas que precisam dessa política, não iremos baixar a cabeça para ditames de governo, que tem a cara de pau de vir aqui e gritar: “Selva”, numa audiência pública, isso aqui não é um quartel nem polícia, isso aqui é uma audiência pública decidindo a política pública da cidade. Encerro por aqui.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PP): Muito obrigada, Sra. Sibeli, que falou pelo Simpa 5 minutos e 5 segundos. A dona Leila vai falar pela Frente Gaúcha em Defesa dos SUAS.

SRA LEILA APARECIDA CUNHA THOMASSIM: Primeiro, vou fazer minha autodescrição que eu não fiz, eu sou uma pessoa com mais de 60 anos, cabelo branco, uso óculos, estou com fundo branco, de parede branca nas minhas

costas e estou vestida com fundo branco e colorido com imagens de folha. Primeiro quero dizer que a gente acha estranho que o governo fale em modernização, quando a gente tem um projeto extremamente desatualizado e não é provocação, é fato, fala em unidades operacionais. Gente, unidades operacionais é de antes de 1994, SESP, é antes de SUAS; não fala no Sistema Único de Assistência Social, não fala na Tipificação Nacional de Serviços; fala em ações assistenciais, uso da rede socioassistencial hoje, ações socioassistenciais, não fala... Então é todo ele completamente desatualizado, ele não fala no Programa de Bolsa Família, não fala na competência do CadÚnico, que são estruturas fundamentais, não fala na proteção social básica, não fala na proteção social especial, então ele é todo completamente desatualizado, então isso chama a atenção. Que modernização é essa? Que direção é essa modernização? Ou é precarização, ou é ampliar, ou é sucatear mais ainda, tirar mais poder político minimamente que tinha, porque as pessoas convivem dentro da FASC, tem reunião específica, e que precarização é essa? Não fala, fala de entidades não governamentais, órgãos governamentais, não governamentais, não se fala, mas isso se fala em rede social, público, privado, organizações sociais de assistência, não fala da competência do SUAS. É tanta desatualização que é completamente contraditório com o discurso da atualização e modernização, porque ele não incorpora os SUAS. Ou é projeto político? Acho que essa que é a dúvida. As pessoas sabem que é SUAS, as pessoas passaram pela FASC. Então, isso é projeto político ou é realmente falta de conhecimento? Essa grande dúvida traz a gente aqui, né? Então, eu acho que a gente quer trazer esse debate, essa reflexão. Estamos muito dispostos a poder discutir isso. Tem uma história longa, essa Câmara acompanhou toda a história da FASC, toda a vivência democrática dos usuários. Quero chamar a atenção daquilo que os usuários dizem: “nada sobre nós sem nós”. E hoje está sendo uma violação de direitos muito grande, que esta Casa tem que assumir como responsabilidade dela, tem que assumir isso. A Câmara de Vereadores tem que assumir, há uma violação de direitos, do direito social do usuário à participação. E além de todo esse dano aí, que é um projeto que a gente tenta olhar, tentar fazer emenda,

mas ele é tão desastroso no sentido da sua proposta de modernização e, fora toda essa discussão da política e da precarização que, brilhantemente, o Simpa e os colegas e trabalhadores vêm fazendo. Então, coloco de novo a urgência de a gente discutir para modernizar, qualificar esse debate, esse formato de ser a secretaria ou fundação. A gente fica em luto neste momento, porque não é só o luto da FASC, que não são as viúvas da FASC, ou os viúvos da FASC, não, é jogar no tapete toda uma história de construção política, da política de assistência social da cidade, na qual teve conferências, teve processo democrático, as entidades participam desse processo, os usuários, os trabalhadores, a sociedade, de modo geral, não é? E é uma confusão de termos ali, a gente fica, assim, de cabelo em pé com o que é esse projeto. Toda a sua confusão beira à quase irregularidade. E coisas fundamentais, fala em desenvolvimento humano; é direito socioassistencial, a gente fala em vigilância socioassistencial, sabe? A vigilância socioassistencial não entra aqui, então, tem funções importantes ali do ponto de vista da política que tem que colocar, e fora toda essa questão do trabalho.

E também tinha uma coisa que me parece que vinha junto, que era pensar junto um projeto. Os trabalhadores da FASC são os que menos recebem, então, também tinha que pensar essas questões que também são importantes. Essa qualidade do exercício da profissão e desse reconhecimento do papel do trabalhador, tanto da rede social pública, estatal, do Estado, como privada. Não se fala de CRAS.

Bom, então, por último, a gente quer agradecer muito essa oportunidade de estar aqui, não é? Apesar de fazer essa crítica dos limites dessa videoconferência. Agradecer a presença de todos e todas que estiveram aqui, e a gente segue muito disponível, enquanto tanto quanto Frente Gaúcha, como essa articulação de unidade política em torno da defesa, que a gente está dando *show* aqui, acho que, dessa participação. E olha, é importante a participação dos usuários, imagina se fosse presencial. Então, a gente se coloca à disposição de todas e todos os vereadores da Casa para continuarmos contribuindo e qualificando esse debate, e luta que segue.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada, dona Leila, 5 minutos certinhos. Antes de passar para o governo, quero informar que os vereadores contrários a esses projetos utilizaram 86,81% do tempo aqui disponível nesta audiência. Os vereadores a favor, 13,17%, e da sociedade civil, nós tivemos 79,48% do tempo utilizado pelas pessoas que discutiram o projeto e se manifestaram contrárias, e 20,50% de pessoas da sociedade civil que se manifestaram a favor. Com a palavra, o governo municipal, 10 minutos para suas considerações finais.

SR. ANDRÉ CORONEL: Obrigado, Presidente, gostaria de agradecer o espaço, acho que foi muito produtivo. Nós respeitamos profundamente as posições aqui de todos que se pronunciaram, sabemos que o sindicato tem o seu papel, a sua posição, e nós respeitamos. Nós discordamos, isso é da democracia, é respeitar, mas discordar.

Mas eu gostaria de trazer aqui à tona alguns pontos que eu acho que não ficaram claramente discutidos. O primeiro deles é o seguinte, há completamente segurança por parte do projeto com relação aos servidores. Nós, inclusive, melhoramos a redação, especialmente para os servidores celetistas, para que possam depois continuar prestando o seu serviço na nova Secretaria de Assistência Social. Os servidores estatutários, assim como os celetistas, estão garantidos, isso está no projeto de lei, e certamente eles se beneficiarão da política da administração direta.

A Fundação, ao longo do tempo, ficou um pouco para trás na política salarial com relação ao restante da administração direta. Por exemplo, se nós pegarmos o salário hoje dos diretores da Fundação, os salários estão um pouco abaixo do restante da administração direta que recebe os salários maiores. Então, toda a política salarial que hoje é desenvolvida na administração direta, por um tempo, certamente será estendida para a nova Secretaria da Assistência Social.

Não haverá nenhuma perda, nós estamos dando toda a segurança possível no projeto. Todas aquelas questões e dúvidas que foram suscitadas durante o

desenvolvimento do projeto, nós estamos tentando, dentro do possível, dar essa segurança. Nesse sentido, aquelas dúvidas, principalmente, que as entidades parceirizadas tinham da continuidade do serviço, nós garantimos também, na redação, isso. Jamais passou pela cabeça do governo descontinuar qualquer serviço parceirizado para o Município. Ao contrário, nós temos não só uma admiração, mas uma necessidade de parceirizar essas entidades que tem expertise no serviço da assistência social. Não é só uma política pontual, é uma política em que a gente faz questão, o governo, o governo recém eleito, de valorizar e de prestigiar a política dos parceirizados junto à assistência social do município. Assim como já ocorre na administração direta através da SMED, continuará agora só que junto à nova Secretaria de Assistência Social.

Em relação ao patrimônio, também nós mudamos um pouco a redação para dar garantia plena, porque o patrimônio, em que pese hoje já estar consubstanciado no patrimônio do Município, não há um patrimônio especialmente os bens imóveis junto à Fundação, há um patrimônio que já é do Município, que à época foi constituído o patrimônio da Fundação, mas não foi transferido esse patrimônio para a Fundação, ele continua no Município. Então, esse patrimônio continuará no município com o retorno da Fundação para a Secretaria de Assistência Social. Portanto, todos os bens móveis que hoje pertencem à Fundação retornam automaticamente para a nova secretaria. Então, a gente dá também esta garantia para que não haja nenhuma solução de continuidade. Pelo contrário, a partir do momento em que o regime jurídico que hoje é proposto junto à Fundação, quando vem para a administração direta, também vai desfrutar de todas as políticas de modernização que a administração direta tem hoje, seja envolvimento direto com a Secretaria de Planejamento, nossa Coordenadoria de Tecnologia da Inovação, seja com outras políticas internas de sustentação de qualquer governança, de qualquer secretaria.

Como a gente registrou desde o princípio, a fundação, o regime jurídico próprio, muito fechado, traz essa dificuldade de transacionar com outras secretarias e com o próprio núcleo do governo. Importante também destacar que o prefeito, ao tempo que transforma em Secretaria de Assistência Social, também se torna

o ordenador junto com a presidência da FASC. Hoje, quem responde especificamente, pontualmente pela fundação é o seu presidente. Quando vier a ser Secretaria, o prefeito também passa a responder subsidiariamente, aliás, conjuntamente com o novo secretário, por todas as ações daquela nova secretaria.

Outro ponto que eu gostaria de registrar é que o arcabouço jurídico que é construído na assistência social, em nível de Brasil e aqui no Município, não está sendo mexido, nem poderia, na realidade. Pela hierarquia das leis, as federais que regulam o [Sistema Único da Assistência Social](#), da [LOAS](#), inclusive da [Lei nº 13.019](#), que são leis federais, não podem ser mudadas por lei municipal. Sequer pode ser mudada a [Lei nº 352 de 1995](#); poderia ser mudada, mas ela não está sendo revogada. Isto é, aquela lei que dispõe sobre a política de assistência social no município de Porto Alegre não está sendo modificada e nem revogada. Portanto, a preocupação com relação ao Conselho Municipal da Assistência Social, com relação ao Fundo Municipal da Assistência Social inexistente, porque essa lei não está sendo mexida. A estrutura e a constituição desses entes se mantêm inalterados com esse projeto.

Então, a melhoria do serviço é o que se busca com o projeto. E, quando se buscou essas alternativas de mudanças administrativas, em todos os meios, não só na assistência social, mas como de resto em todas as mudanças administrativas que nós estamos propondo, sempre se teve como foco o cidadão. O cidadão, quando a gente fala cidadão, é aquela pessoa, no caso da assistência social que usa o sistema, mas o cidadão de Porto Alegre como um todo. O que nós queremos com isso é melhorar os serviços, melhorar a qualidade, potencializar a assistência social, podendo, junto com a administração direta, distribuir as suas responsabilidades com toda a potência que é a administração direta. Ao passo que, se a gente continuasse como fundação, certamente a atuação seria muito mais limitada do que nós estamos propondo.

Respeitamos profundamente quem pensa diferente de nós. Faz parte da democracia, faz parte do processo, mas nós temos convicção do projeto que

estamos apresentando, que certamente vai melhorar e muito a assistência social do Município. Eu vou passar aqui, para concluir os trabalhos, ao secretário Matheus Xavier, presidente da FASC.

SR. MATHEUS XAVIER: Bom, vou falar um pouco, porque o Coronel foi muito assertivo na fala dele, e acaba sendo bem difícil, não dá muito espaço para eu complementar muito. Mas eu acredito que, dentro de tudo o que foi conversado hoje nesta audiência pública, o que a gente pode ter a clareza é de que na retificação que está sendo enviada para a Câmara de Vereadores, o parágrafo único contempla a grande maioria das falas que foram feitas aqui, deixam muito claro e explícita a relação nossa com a [LOAS](#), com o [SUAS](#), com a Lei nº 13.019 e com a [Lei nº 14.133](#). E deixar também, como recado para todos os vereadores que vão estar na quinta-feira, que tenham a tranquilidade de que votando a favor, estarão votando a favor da assistência social de Porto Alegre, estarão votando para que a gente consiga qualificar os serviços para quem mais precisa na nossa cidade, que são as pessoas em situação de vulnerabilidade. Então, quem é a favor da assistência social, é a favor e vota a favor do PL de transformação da FASC em Secretaria de Assistência Social. Eu completo a minha fala dessa forma e desejo uma boa noite a todos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (PL): Muito obrigada ao governo municipal, obrigada a todos que participaram dessa audiência pública até as 22h03min. Quero agradecer a presença de todos. Dou por encerrado todos os atos desta audiência pública, convocando os vereadores para amanhã às 9 horas da manhã na Câmara. Muito obrigada.

(Encerra-se a reunião às 22h03min.)